

A terra para quem nela trabalha:

reforma agrária e agricultura socialista na
República Democrática Alemã (RDA)



Estudos sobre a RDA

A República Democrática Alemã (RDA) foi um Estado socialista fundado na Alemanha Oriental em 1949 como uma reação democrática e antifascista à Segunda Guerra Mundial e à subsequente restauração do capitalismo monopolista na Alemanha Ocidental. A RDA representou uma nova Alemanha, na qual a terra foi redistribuída, os meios de produção socializados, a produção agrícola organizada em cooperativas e avanços significativos foram feitos na igualdade de gênero, educação, saúde e outras áreas da sociedade. A RDA também cultivou relações econômicas amigáveis e estreitas com outros Estados socialistas e exerceu solidariedade política e material com países e movimentos que lutavam por sua independência na América Latina, Ásia e África. Nesta série, usamos a sigla alemã RDA em vez da sigla em inglês GDR especificamente porque ela se tornou um ponto de referência positivo em muitas partes do mundo e, especialmente, para países do Sul Global.

Após a reunificação da Alemanha em 1990, a economia da RDA foi desmantelada e tratada como um protótipo para as medidas de austeridade das terapias de choque que logo foram impostas a outros países – não apenas aos antigos Estados socialistas. Ao mesmo tempo, a RDA foi política, judicial e moralmente deslegitimada. As publicações desta série se opõem à narrativa propagada pelos inimigos do socialismo, tanto novos quanto antigos, de que o fim da RDA – e de outros projetos socialistas – prova o fracasso inevitável de qualquer política e economia socialista.

Por meio da série Estudos sobre a RDA, o Internationale Forschungsstelle DDR (Centro Internacional de Pesquisa sobre a RDA) e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social buscam estimular um novo engajamento com a história, as conquistas e os princípios da RDA. Afinal, milhões de pessoas ao redor do mundo ainda lutam por avanços que foram garantidos no sistema socialista da RDA, mas que foram perdidos com a sua queda.

1. Introdução

O estado da agricultura e da produção de alimentos global contemporânea clama urgentemente por alternativas. Se o suprimento global de alimentos fosse distribuído de forma justa e igualitária, todos teriam o suficiente para comer. No entanto, em 2025, 645 milhões de pessoas – aproximadamente uma em cada treze – em todo o mundo passaram fome (FAO *et al.*, 2026, p. 4). Os preços são ainda mais inflacionados pela especulação financeira sobre alimentos, matérias-primas e terras, garantindo perversamente que os lucros sejam colhidos não apenas de bens básicos necessários para a sobrevivência, mas também das crescentes taxas de fome, à medida que os próprios preços das *commodities* tornam-se alvos de negociações especulativas (FIAN Suíça, 2023).

Embora pouco mais de um terço dos alimentos do mundo continue sendo produzido por pequenos agricultores¹, grandes corporações agrícolas como o Grupo ABCD – Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus –, dominam o cultivo, o processamento, a comercialização e a distribuição global de alimentos (Lowder *et al.*, 2021; Herre, 2017). O resultado é que empresas como as do Grupo ABCD possuem quase que um monopólio sobre a tecnologia agrícola avançada e um controle crescente sobre as cadeias de produção e processamento globalmente centralizadas. Essa concentração da propriedade da terra e dos meios de produção de alimentos reforça padrões estabelecidos durante a era colonial, impulsionando monoculturas, relações comerciais unilaterais e despejos de terras. Essas dinâmicas, por sua vez, exacerbam a agricultura de subsistência em pequena escala, a exploração extrema dos trabalhadores agrícolas, a pobreza, a fome, a destruição ambiental e o subdesenvolvimento rural. Embora o desenvolvimento das relações capitalistas nas tecnologias e nas ciências agrícolas tenha liberado um potencial significativo para a produção de alimentos, isso claramente não foi usado para satisfazer a necessidade mais básica das pessoas por comida.

Décadas após a dissolução da RDA, olhamos para trás, para suas conquistas – e para o que se deve aprender com suas deficiências – em busca de respostas. Nos meros 45 anos de existência da RDA, as condições nas áreas rurais mudaram substancialmente. Essa mudança ocorreu em três estágios:

1. o primeiro (1945–1948) aconteceu durante a mudança no equilíbrio de poder na Alemanha Oriental após a Segunda Guerra Mundial, o que marcou o ponto de partida decisivo para a transformação agrícola da RDA. Durante esse período, foi implementada uma reforma agrária que rompeu as estruturas seculares de propriedade de terra no campo. Esse processo de democratização criou a primeira estrutura para novas relações de produção baseadas na cooperação;

¹ Cinco em cada seis fazendas no mundo têm uma área inferior a dois hectares e – apesar de representarem apenas cerca de 12% do total de terras agrícolas – produzem aproximadamente 35% dos alimentos do mundo. Ver Lowder *et al.*, 2021.

2. o segundo (1952–1960) foi caracterizado pelo *Genossenschaftsbewegung* (movimento cooperativista), que conseguiu resolver as contradições entre a tecnologia moderna e a produção em pequena escala no interesse dos agricultores e trabalhadores agrícolas sem arruiná-los, deslocá-los ou subordiná-los aos interesses das grandes empresas, como ocorre no capitalismo. Da mesma forma, as cooperativas agrícolas também proporcionaram à população rural direitos e oportunidades sociais e culturais anteriormente inalcançáveis;
3. o terceiro e último (décadas de 1970–1980), construído sobre a base estabelecida durante os períodos anteriores, viu o desenvolvimento de grandes redes de produção agrícola e o aprofundamento das relações cooperativas entre os vários estágios de produção, desde a produção primária até o processamento e a distribuição.

A reforma agrícola da RDA esteve entre os programas mais bem-sucedidos e abrangentes na curta história do país, transformando a realidade do campesinato de condições de trabalho e vida quase feudais (incluindo subordinação econômica e política e privação cultural) em uma realidade marcada pela confiança, democracia, agitação cultural e uma agricultura industrial altamente produtiva.

Cada país e região tem sua própria história e condições que devem ser cuidadosamente analisadas e para as quais soluções únicas devem ser encontradas. No entanto, as decisões tomadas no setor agrícola da RDA oferecem percepções práticas para uma alternativa à competição de mercado capitalista e à busca pelo lucro. Este estudo visa contribuir para os debates contemporâneos sobre as perspectivas da agricultura socialista, examinando o processo histórico que mudou fundamentalmente as estruturas sociais e as formas de trabalhar e pensar no campo da Alemanha Oriental. Não é possível cobrir todos os aspectos da agricultura da RDA neste estudo; questões importantes sobre silvicultura, ecologia, ciência agrícola, internacionalismo e o funcionamento interno do Partido Democrático dos Agricultores (Demokratische Bauernpartei Deutschlands, DBD) só puderam ser mencionadas de passagem e certamente merecem ser exploradas mais a fundo no futuro.

Este estudo está estruturado cronologicamente, seguindo o desenvolvimento histórico concreto da agricultura na Alemanha: primeiro o jugo feudal secular imposto ao campesinato alemão, depois o período da reforma agrária e, finalmente, a transição para uma organização cooperativa da agricultura e a produção agrícola industrial em larga escala.

2. A via prussiana para a agricultura capitalista e a ascensão do fascismo

A agricultura alemã transicionou de condições feudais para condições capitalistas burguesas durante o século XIX, relativamente tarde em comparação a outros países europeus como a Inglaterra e a França². Mesmo assim, isso ocorreu apenas muito gradualmente e sem uma derubada radical da aristocracia feudal, que manteve seu controle sobre a terra. A unificação da Alemanha em um moderno Estado-nação burguês foi realizada pelas manobras políticas e pelo belicismo da classe dominante prussiana, liderada por Otto von Bismarck e pelo Kaiser Wilhelm I – ou Guilherme I.

Durante este período – referido na literatura marxista como a “via prussiana para o capitalismo” – o surgimento do modo de produção capitalista estava estreitamente ligado a relações de subordinação feudal. A condição legal e de vida das várias massas trabalhadoras camponesas mudou, mas sua dependência econômica e social da nobreza latifundiária permaneceu. Uma classe de pequenos e médios camponeses “livres”³ surgiu, a maioria dos quais estava fortemente endividada com os proprietários de terras. Servos e meeiros que costumavam ser trabalhadores rurais sem terra para o senhor da propriedade cristalizaram-se agora como uma nova classe de trabalhadores agrícolas. O próprio senhor feudal se tornou o proprietário de uma espécie de proto-agronegócio. A vida no campo continuou sendo moldada pelos grandes proprietários de terras, que mantiveram um papel econômico e político dominante até boa parte do século XX, o que era sustentado por leis, costumes, tradições e novas relações de dependência capitalista. Condições atrasadas, quase da era medieval, prevaleceram, portanto, no campo.

As leis feudais, que tinham sido ostensivamente abolidas em 1919 após a queda da monarquia alemã, permaneceram uma realidade de fato para os trabalhadores agrícolas e servos que eram proibidos de se organizar politicamente ou em sindicatos, como na Associação Alemã de Trabalhadores Agrícolas (Deutscher Landarbeiterverband, fundada em 1909). Trechos dos Regulamentos de Servos Prussianos, que foram estabelecidos no início dos anos 1800, revelam como os trabalhadores ainda eram privados de direitos básicos:

Parágrafo 77: “Se os servos provocarem a ira do senhor através de comportamento impróprio e forem tratados por ele, em contrapartida, com palavras insultuosas ou abuso mesquinho, os servos não podem buscar reparação legal”.

² A servidão foi abolida de fato na Inglaterra no final do século XIV e na França no século XVIII.

³ Neste estudo, “agricultor” e “camponês” são usados de forma intercambiável para se referir a proprietários ou arrendatários de terras autônomos (em alemão: *Bauern*). Isso reflete a linguagem histórica da RDA e evita uma separação artificial entre termos que são tratados como sinônimos no material de origem. “Trabalhador agrícola” refere-se ao trabalhador assalariado sem terra que trabalhava para agricultores em regime de contrato.

Parágrafo 79: “Exceto nos casos em que a vida e a saúde do servo estejam em perigo presente e inevitável devido a maus-tratos por parte do senhor, não lhe é permitido resistir ativamente ao senhor”.

Parágrafo 74: “Sem conhecimento e permissão prévios do senhor, os servos não podem sair de casa, nem mesmo para seus próprios assuntos”.

Parágrafo 76: “Os empregados devem aceitar as ordens do senhor e suas repreensões com deferência e modéstia” (Matern, 1955).

Do início do século XIX ao século XX, a base econômica da Alemanha passou por uma mudança fundamental de uma economia agroindustrial para uma economia industrial. A população quase triplicou, de cerca de 18 milhões em 1800 para mais de 52 milhões em 1900 (O'Neill, 2024). Embora a maioria dos alemães vivesse no campo no início do século XIX, de 1871 a 1910 – na esteira da migração urbana que acompanhou o desenvolvimento capitalista – a porcentagem da população que vivia em cidades (definidas na época como tendo mais de 2 mil habitantes) subiu de 36% para 60% (Klemm *et al.*, 1985, p. 55). Enquanto isso, de 1882 a 1907, a parcela de trabalhadores envolvidos na agricultura e silvicultura caiu de 42,5% para 28,6%. Uma grande classe de trabalhadores agrícolas sem-terra logo superou em número os proprietários e arrendatários de fazendas nas áreas rurais. Em 1907, grandes propriedades (maiores que 100 hectares) empregavam uma média de 51 trabalhadores, e um terço dos 9,5 milhões de pessoas que trabalhavam na agricultura eram trabalhadores assalariados (Klemm *et al.*, 1985, p. 33, 55, 75-76). Os trabalhadores agrícolas assalariados concentravam-se nas áreas a leste do rio Elba, onde as grandes empresas agrícolas eram mais difundidas. Trabalhadores sazonais estrangeiros, especialmente das regiões polonesas, eram especialmente explorados. Em meados do século XIX, houve uma concentração significativa de propriedade de terras: menos de 1% dos proprietários detinham mais de 40% das terras aráveis, enquanto cerca de 80% dos agricultores possuíam menos de 12%, consistindo em lotes individuais com menos de 7,5 hectares (Klemm *et al.*, 1985, p. 33).

As condições no campo alemão se desenvolveram de forma desigual ao longo do século XIX devido à fragmentação territorial do país em muitos pequenos estados. A oeste do rio Reno, a servidão e o trabalho por contrato foram varridos com a Revolução Francesa de 1789. No centro e no sul da Alemanha, entre os rios Reno e Elba, agricultores de pequena e média escala trabalhavam em parcelas de terra com arrendamentos para grandes proprietários de terras. Mas quando a servidão foi abolida por lei nas áreas a leste do Elba (que mais tarde comporiam grande parte do território da RDA), os camponeses foram forçados a compensar seus antigos senhores. Em última análise, para serem emancipados das obrigações e deveres feudais, os camponeses pagaram um total de 1,8 bilhão de marcos e tiveram que ceder 425.169 hectares de terra aos *Junkers*, a nobreza latifundiária da Prússia (Klemm *et al.*, 1985, p. 30). Isso intensificou a distribuição já muito desigual de terras aráveis

e deu origem aos grandes latifúndios que moldaram o campo da Alemanha Oriental antes de 1945.

Além disso, os *Junkers* a leste do Elba eram um pilar central do Estado prussiano reacionário e militarista e, ao lado de influentes monopolistas industriais, se tornariam mais tarde os facilitadores do fascismo de Hitler. Como aponta o historiador Siegfried Kuntsche, a classe aristocrática dos *Junkers* usou as posições-chave que manteve na burocracia militar e estatal da Alemanha para apoiar abertamente as forças reacionárias durante a era de Weimar (1919–1933), com “representantes de várias famílias nobres de longa data juntando-se ao movimento nazista” já no início da década de 1920 (Kuntsche, 2005, p. 110). Na região de Mecklenburg, um dos redutos dos *Junkers*, um quarto de todos os proprietários de terras tornou-se membro do partido nazista (Kuntsche, 2005, p. 101). Metade dos generais no alto comando da *Wehrmacht* (forças armadas) fascista vinha da nobreza (Klemm *et al.*, 1985, p. 142). Durante a Segunda Guerra Mundial, os *Junkers* usaram seu papel já dominante na vida social dos vilarejos para promover o roubo de terras do Leste Europeu, colocando os camponeses contra seus homólogos no Leste e desviando a atenção da própria história dos *Junkers* de apropriação de terras camponesas.

Sob Hitler (1933–1945), o fascismo alemão seguiu uma política de subjugação completa dos camponeses e da população rural para viabilizar sua política de guerra imperialista. Organizações e sindicatos de trabalhadores agrícolas foram proibidos. Todos os envolvidos na produção, processamento e comércio de produtos agrícolas foram forçados a se tornar membros do *Reichsnährstand* [Departamento de Alimentos do Estado Nazista], sob o comando de grandes proprietários de terras. Uma obrigação total de entrega foi imposta durante a guerra, e as economias e saldos de crédito dos camponeses foram confiscados para pagar o custo da guerra. O Estado fascista compensou o rápido declínio na produtividade das colheitas durante os anos de guerra impondo cotas de entrega de produtos de países ocupados no Leste Europeu e aplicando uma política de fome impiedosa contra as populações locais. Somente com a exploração bárbara de milhões de trabalhadores forçados os fascistas conseguiram manter a agricultura alemã.

As políticas de guerra da Alemanha nazista criaram um grande retrocesso para o desenvolvimento agrícola do país. Já em meados da década de 1930, a economia de guerra foi priorizada em relação à agricultura. “Se necessário, seremos capazes de viver sem manteiga, mas nunca sem canhões”, disse o ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels em 1936 (Goebbels *apud* Bauer, 2008, p. 306). Os danos causados pela guerra deixaram maquinários e grandes extensões de terra em ruínas e o gado dizimado. Isso foi especialmente verdadeiro na Alemanha Oriental, onde os fascistas buscaram garantir que nada pudesse ser deixado para o Exército Vermelho e procederam ao abate sistemático do gado e à destruição do solo – o que Gerhard Grüneberg, secretário de agricultura do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED, na sigla em alemão) de 1960 a 1981, descreveu como a continuação da “política criminosa de terra arrasada” dos nazistas (Klemm *et al.*, 1985, p. 163).

3. Reforma agrária: terras dos Junkers nas mãos dos camponeses

Destruição e fome no pós-guerra

A Alemanha Oriental foi a principal frente europeia para as batalhas finais da Segunda Guerra Mundial, deixando grandes áreas de terras agrícolas, instalações e plantas de processamento em ruínas; meios de transporte praticamente inexistentes; e capacidades de produção atrasadas em décadas. À medida que o Exército Vermelho avançava em território alemão, muitos *Junkers* fugiram para a Alemanha Ocidental, muitas vezes levando consigo seu gado, equipamentos técnicos e outros bens privados, agravando ainda mais a situação de abastecimento. O rebanho suíno foi reduzido a 20% dos seus níveis pré-guerra, o gado bovino a 66% e as aves a 25% (Klemm *et al.*, 1985, p. 163). Como resultado de todos esses fatores, a indústria alimentícia doméstica entrou em colapso total em 1945.



Imagem 1. Agricultores removem entulhos e pedras de um campo no vilarejo alemão oriental de Podelzig, que foi quase destruído nos dias finais da Segunda Guerra Mundial, 1945.

Após a guerra, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação militar. A Zona Oriental (conhecida como Zona de Ocupação Soviética, ZOS) estava sob o controle da Administração Militar Soviética, e as Zonas Ocidentais eram controladas pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela França. Berlim, que estava localizada na ZOS, foi dividida da mesma forma entre as quatro potências aliadas. Na ZOS, a Admi-

nistração Alemã para Agricultura e Silvicultura (*Deutsche Verwaltung für Land und Forstwirtschaft*) foi criada para lidar com a tarefa urgente de garantir a primeira colheita pós-guerra. Em 18 de junho de 1945, a Administração Militar Soviética aboliu a obrigação de entrega total dos nazistas ao aprovar a Ordem n. 40, que estabeleceu metas de entrega para grãos, batatas, vegetais e sementes oleaginosas, seguida pouco depois pela Ordem n. 18, em 29 de julho de 1945, que pôs fim à entrega obrigatória de produtos pecuários. Essas foram algumas das primeiras medidas implementadas que promoveram uma política agrícola democrática e ajudaram a despertar o interesse do campesinato no aumento da produção.

Logo depois, foi estabelecido um sistema de dois preços: os agricultores recebiam um preço mais baixo pelos produtos que eram obrigados a vender ao Estado para garantir que houvesse comida suficiente para a população e um preço mais alto pelo excedente, que podiam vender livremente. Órgãos administrativos, sindicatos e partidos recém-autorizados – que estavam unidos no bloco democrático antifascista – convocaram a população para ajudar na colheita. Engenheiros e trabalhadores industriais formaram equipes para consertar máquinas agrícolas, enquanto os habitantes da cidade iam para os campos ajudar na colheita e comitês camponeses eram formados nos vilarejos para coordenar o trabalho, combater a acumulação e garantir que a população recebesse suas porções de alimentos.

O programa de reforma agrária

A Zona de Ocupação Soviética

Durante a guerra, comunistas alemães exilados na União Soviética desenvolveram um programa de reforma agrária para o período pós-guerra. Edwin Hoernle foi um dos principais arquitetos desse programa. Hoernle, um especialista em agricultura e parlamentar comunista durante a era de Weimar, retornou do exílio em maio de 1945 e assumiu a presidência da Administração de Agricultura e Silvicultura (o principal cargo administrativo para agricultura e silvicultura na recém-criada Comissão Econômica Alemã). O planejamento meticuloso e a viabilidade desse programa angariaram apoio entre o Partido Comunista da Alemanha (KPD) e sua base, que em junho de 1945 lançou um apelo público por uma reforma agrária democrática sob a palavra de ordem *Junkerland in Bauernhand!* [Terras dos *Junkers* nas mãos dos camponeses!] e fez campanha por uma rápida deliberação e implementação pelo bloco de quatro partidos. Em 22 de agosto de 1945, o comitê central do KPD adotou uma proposta concreta para implementar um programa de reforma agrária até o final do ano. Seus pontos centrais eram:

1. Desapropriar, sem indenização, grandes propriedades privadas (com mais de 100 hectares).

2. Desapropriar, sem indenização, todas as propriedades pertencentes a funcionários nazistas e criminosos de guerra, independentemente do tamanho.
3. Criar um fundo estatal de terras consistindo nas propriedades desapropriadas, bem como em ativos estatais.
4. Alocar a maior parte do fundo de terras como propriedade privada em pequenos lotes de propriedade individual (5 hectares no caso de solo de alta e média qualidade e 8 a 10 hectares no caso de solo de baixa e péssima qualidade).
5. Distribuir gado e equipamentos básicos de produção para “novos agricultores”, ou seja, ex-trabalhadores agrícolas, camponeses sem-terra ou refugiados.
6. Transferir tratores e grandes máquinas agrícolas, bem como oficinas e plantas de processamento agrícola, para comitês de ajuda mútua dos camponeses para uso coletivo (Watzek, 2005, p. 16).

A iniciativa de reforma agrária foi promovida em diversos ambientes, desde a imprensa até igrejas e comitês partidários, e encontrou apoio crescente entre a população.



Imagem 2. Em 11 de setembro de 1945, três municípios perto de Dresden, na Alemanha Oriental, desapropriaram e dividiram a antiga Propriedade Real. A placa (frente à esquerda) diz “Agricultor livre em terra livre”, e a faixa (canto superior direito) diz “O tempo do senhor acabou”.



Imagem 3. Um cartaz de 1945 do comitê central do KPD que diz: “Abaixo o domínio dos Junkers: Terras dos Junkers nas mãos dos camponeses”.

Hoernle e o KPD argumentaram que indenizar os grandes proprietários de terras por suas terras desapropriadas seria irresponsável, dada a escassez de suprimentos e a miséria econômica geral. Como eles apontaram, de forma alguma os grandes proprietários de terras seriam reduzidos à mendicância se suas propriedades fossem desapropriadas sem indenização, já que eles ainda manteriam seus pertences privados e riqueza acumulada. Além disso, isso foi considerado uma punição apropriada por crimes de guerra e um ato de justiça histórica (Schuhmann, 2005, p. 75).

Como a União Democrata-Cristã da Alemanha e o Partido Liberal Democrata da Alemanha – ambos membros do bloco democrático antifascista ao lado do Partido Social-Democrata da Alemanha e do Partido Comunista da Alemanha – se opuseram à proposta de desapropriação sem indenização, houve uma série de longas negociações antes que as portarias legais que exigiam a desapropriação sem indenização fossem finalmente aprovadas pelos cinco governos estaduais dentro da Zona de Ocupação Soviética no início de setembro de 1945.

A Zona Ocidental

A pressão popular e a aprovação da reforma agrária na Alemanha Oriental no início de setembro de 1945 levaram as administrações militares dos EUA e da Grã-Bretanha no Ocidente a elaborarem propostas legais

para a reforma agrária em suas zonas. No entanto, as disposições legais que redigiram ofereceram aos políticos e aos grandes proprietários de terras margem de manobra suficiente para, em última análise, impedir medidas de redistribuição ou atrasá-las até que o equilíbrio de poder político tivesse mudado a seu favor. Os partidos burgueses que se formavam na Alemanha Ocidental nessa época buscavam garantir que as antigas relações de propriedade capitalista privada fossem preservadas, apesar dos referendos populares que exigiam a democratização da economia por meio da nacionalização da indústria e outras medidas.

A região alemã ocidental de Hessen é um exemplo desse desejo de mudança. Aqui, os social-democratas e comunistas detinham a maioria no governo estadual e redigiram uma constituição estadual que, no Artigo 41, delineava planos para socializar indústrias-chave e colocar o setor bancário sob administração pública. Embora um referendo público em dezembro de 1946 tenha mostrado que 72% dos eleitores eram a favor do Artigo 41, a administração militar dos EUA, no entanto, opôs-se a ele, e o general estadunidense Lucius Clay proibiu sua implementação.

As leis de reforma agrária que estavam sendo redigidas na Alemanha Ocidental indicavam o desejo da população rural por mudança. Em última análise, no entanto, a população rural ficou desapontada, já que as poucas medidas promulgadas no Ocidente aplicaram-se a apenas 5% do total de terras aráveis. Por outro lado, na RDA, 3,2 milhões de hectares foram expropriados e redistribuídos – quatorze vezes mais do que na Alemanha Ocidental (Henkel, 2007, p. 108–109).

O contexto político e econômico da reforma agrária

Imediatamente após a guerra, nem a Administração Militar Soviética nem os comunistas alemães tinham como objetivo a construção socialista na Alemanha Oriental. Pelo contrário, de 1945 a 1952, seu principal objetivo era promover uma transformação democrática e antifascista de uma Alemanha unida; eliminar o imperialismo e o militarismo alemães; e garantir que o país no pós-guerra se tornasse uma zona neutra desmilitarizada na rivalidade internacional entre os Estados capitalistas e socialistas.⁴ Como tal, a reforma agrária – isto é, o parcelamento de terras como propriedade privada – não pode ser vista como uma política de construção socialista da RDA, que foi iniciada apenas em 1952, sete anos após a guerra, mas sim como um esforço para abordar questões práticas urgentes no período pós-guerra. Entre elas estava a necessidade de reconstruir o abastecimento alimentar colapsado na Alemanha Oriental, promovendo a agricultura de pequena escala, o que motivou os agricultores a produzirem mais e lhes ofereceu a oportunidade de autossuficiência. Edwin Hoernle resumiu as principais razões para a reforma agrária sob essas condições específicas:

⁴ Tal acordo foi alcançado na Áustria, por exemplo, onde o parlamento aprovou a Declaração de Neutralidade sob a supervisão das Potências Aliadas em 1955. A Áustria permaneceu, a partir de então, fora tanto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) quanto da Organização do Tratado de Varsóvia (também conhecida como Pacto de Varsóvia).

A grande reforma agrária é, acima de tudo, um meio decisivo para a erradicação completa do militarismo prussiano, cujo principal apoiador era a classe dos *Junker*. Economicamente, a entrega da terra ao camponês autônomo também é urgentemente necessária. À luz da atual ruína da agricultura e da enorme falta de equipamento técnico, apenas a proverbial diligência camponesa, o fanatismo com que o pequeno agricultor se apegava à sua terra, pode provocar um rápido aumento na produção agrícola (Hoernle apud Schumann, 2005, p. 71).

No entanto, a reforma agrária foi um passo decisivo que mais tarde possibilitou a eventual transição para o socialismo. A democratização do campo e o incentivo à cooperação entre o campesinato estabeleceram as bases socioeconômicas para a eventual criação de relações socialistas na agricultura. Essa política foi, antes de tudo, o cumprimento da demanda dos camponeses pela redistribuição de terras e pelo fim da opressão feudal. Walter Ulbricht, o líder do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), que surgiu de uma fusão entre o Partido Comunista da Alemanha (KPD) e o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em abril de 1946, resumiu essa conexão em uma conferência do partido em 1947:

Para ser franco, algumas pessoas nos perguntaram no início da reforma agrária: Que tipo de socialistas vocês são? Vocês sequer são a favor da “coletivização das terras agrícolas”. Nós respondemos: isso pode servir para vocês, senhores, manterem as grandes propriedades juntas para que possam depois ser facilmente devolvidas aos seus antigos proprietários! Não, nosso percurso é diferente: estamos agindo para garantir que as grandes propriedades sejam completamente divididas, para que os grandes latifundiários na Alemanha nunca mais possam recuperar esta terra (Ulbricht, 1947, p. 57).

A curto prazo, as estruturas criadas pela reforma agrária foram capazes de melhorar significativamente o abastecimento de alimentos, tanto para os agricultores individuais quanto para todo o país. No entanto, ficou claro desde o início que a agricultura de pequena escala facilitada pela reforma agrária não seria capaz de atender às crescentes demandas da produção de alimentos a longo prazo, pois enfrentava desafios resultantes do tamanho das terras agrícolas distribuídas, da disponibilidade limitada de equipamentos e de outros fatores.

A implementação e o impacto da reforma agrária

Nas assembleias públicas de vilarejos da Alemanha Oriental em setembro de 1945, trabalhadores agrícolas, camponeses sem-terra, pequenos proprietários e refugiados⁵ elegeram membros de suas fileiras para

⁵ Uma questão adicional que confrontava as autoridades na Alemanha Oriental era o fluxo massivo de refugiados e a necessidade de abrigá-los: 4,4 milhões de refugiados de origem alemã vieram para a Zona de Ocupação Soviética, representando mais de 24% da população. Eles foram expulsos à força da Europa Oriental pela *Wehrmacht* em retirada ou pelas populações e governos locais à medida que as regiões eram libertadas da ocupação fascista. A indústria e as áreas residenciais nas cidades haviam sido amplamente destruídas na guerra, por isso celeiros e casas de fazenda eram frequentemente convertidas em espaços de moradia para abrigar refugiados.

comissões de reforma agrária que foram encarregadas de coordenar a implementação da reforma. As comissões determinaram quais terras seriam expropriadas; documentaram e garantiram um inventário de edifícios e estoques associados; elaboraram listas de pequenos proprietários e camponeses sem-terra, trabalhadores agrícolas e refugiados; e avaliaram os pedidos de alocação de terras apresentados por camponeses individuais. Os planos de redistribuição foram discutidos e ratificados em reuniões públicas nas quais todos os candidatos à alocação de terras participaram. Para evitar o favoritismo, as decisões sobre a alocação de lotes, estoque e inventário foram tomadas por sorteio. As comissões de reforma agrária também foram responsáveis pela criação dos primeiros comitês de ajuda mútua dos camponeses, estabelecidos no terceiro trimestre de 1945. Esses comitês garantiram o uso eficiente das máquinas agrícolas e a organização da ajuda mútua entre os novos agricultores, desde fornecer conselhos uns aos outros sobre o controle de pragas até oferecer ajuda durante a colheita. A solidariedade deveria substituir a competição ou a obediência no campo.



Imagem 4. Membros de uma comissão de reforma agrária na RDA medem um lote de terra em setembro de 1945.



Imagem 5. Jovens ajudam a desmontar uma antiga casa para obter materiais de construção para novas casas de fazenda.

Mais de 52 mil pessoas⁶ participaram das 9.500 comissões de reforma agrária, das quais 38% eram trabalhadores agrícolas, 35% eram pequenos proprietários e agricultores arrendatários, e 12% eram refugiados reassentados. Os 15% restantes eram trabalhadores industriais e artesãos rurais. A responsabilidade pela implementação da reforma agrária foi, portanto, colocada nas mãos das forças sociais que tinham o maior interesse na reorganização da propriedade da terra. Os conselhos executivos das comissões, compostos por 5 a 7 membros, eram geralmente presididos pelo prefeito do distrito. No final de 1945, a maior parte da terra destinada à realocação individual havia sido redistribuída, e, em geral, a nobreza latifundiária foi expulsa das propriedades e vilarejos sobre os quais reinavam.

Como a implementação da reforma agrária era supervisionada pela população local, as comissões passaram a atuar como escolas de democracia. Por exemplo, a entrega das escrituras das terras alocadas tornou-se um dia de celebração nos vilarejos. O relato do membro do partido local Hermann Wesemann sobre uma reunião pública em

⁶ Em termos de filiação partidária, as comissões de reforma agrária eram compostas da seguinte forma: 12.475 comunistas, 9.164 social-democratas, 974 membros dos partidos democrático-burgueses e 29.679 membros sem partido. Ver Piskol *et al.*, 1984, p. 50.

Torisdorf, no condado de Schönberg, pinta um quadro vívido de como a reforma agrária foi implementada no nível dos vilarejos:

Torisdorf era uma propriedade de cerca de 400 hectares. Pertencia ao *Junker* Axel Bunger, um militarista convicto que deixava “seu povo” chamá-lo de “Senhor Capitão”. Havia alguns trabalhadores conscientes de sua classe no vilarejo que nos ajudaram a preparar uma reunião [mensal] do vilarejo. (...) Todos estavam lá, incluindo os refugiados reassentados. Alguns trabalhadores rurais tentaram, com nervosismo, dar a impressão de que tinham apenas encontrado a reunião por acaso. Eles seguravam baldes de água ou latas de leite nas mãos e ficavam no fundo. Isso era, sem dúvida, por causa de [seu medo do] “Senhor Capitão”, que controlava tudo no vilarejo. (...)

As opiniões foram e voltaram por um tempo até que, finalmente, todos concordaram em dividir a propriedade. Uma comissão agrária foi formada e deveria ser chefiada por um trabalhador rural. Mas agora o proprietário de terras tinha que ser oficialmente informado da decisão da reunião. Quando fomos vê-lo, ele já estava gritando e nos xingando. Informei-o brevemente sobre a decisão e pedi que entregasse as chaves e todos os documentos da propriedade à comissão agrária imediatamente, que permanecesse em seu quarto até segunda ordem e que se abstivesse de qualquer interferência. Inicialmente, ele tentou nos intimidar, declarando que a reunião não tinha autoridade e que ele não reconheceria decretos verbais de forma alguma. Em resposta à questão da autoridade, perguntei-lhe se ele achava que aquela era uma questão de poder político. Pois, a esse respeito, ele estava atrasado demais: a decisão já havia sido favorável aos trabalhadores. Ele e seus pares tinham sido superados. Mantivemos o senhor sob vigilância constante até que a propriedade fosse dividida, o que aconteceu logo depois, e o impedimos de enviar comunicações (Piskol *et al.*, 1984, p. 52).

Torisdorf estava entre os 3,3 milhões de hectares de terra – cerca de um terço das terras agrícolas e florestais – e 14 mil edifícios que foram expropriados sem compensação na Zona de Ocupação Soviética como parte da reforma agrária. Dos 3,3 milhões de hectares de terras expropriadas, 76% consistiam em 7.160 propriedades privadas (fazendas com mais de 100 hectares de terra arável); 4% de 4.537 fazendas pertencentes a nazistas e criminosos de guerra ativos com menos de 100 hectares de terra; e os 20% restantes de propriedade estatal e propriedade do partido nazista (Coletivo de autores, 1985, p. 70; Wolz, 2013).

Dois terços dessas terras (2,2 milhões de hectares) foram transferidos para um fundo central de terras, que foi então distribuído aos candidatos individuais conforme identificado e listado pelas comissões de reforma agrária. As terras expropriadas foram distribuídas a pequenos agricultores, trabalhadores rurais, camponeses e refugiados como lotes de propriedade privada e podiam ser transmitidas dentro de uma família sob a condição de que os membros da família beneficiários usassem a terra. Não podia ser vendida, arrendada ou hipotecada, 43% das terras expropriadas foram distribuídas a trabalhadores agrícolas e cam-

poneses sem-terra, enquanto 35% foram para refugiados (Schmidt, 2009, p. 16). Como resultado da reforma agrária, a parcela de terras agrícolas cultivadas por pequenos agricultores dobrou.

Várias medidas foram implementadas para melhorar a qualidade de vida dos novos agricultores e apoiar empresas nascentes. Essas medidas incluíram cotas de entrega flexíveis, empréstimos e o fornecimento de sementes e gado. Esforços foram feitos para promover a cooperação e assistência mútua durante os períodos de colheita, bem como um programa especial de construção iniciado pela SMA que levou à construção de aproximadamente 95 mil casas, 104.300 estábulos e 38.470 celeiros até 1953 (Coletivo de autores, 1985, p. 45). Devido à escassez de mão de obra, máquinas agrícolas e animais de tração, era importante e necessário garantir a cooperação entre os camponeses e as autoridades locais, organizações e empresas. Por exemplo, a população urbana foi mobilizada para ajudar os novos agricultores a colher suas produções.

O restante das terras expropriadas (1,1 milhão de hectares) tornou-se propriedade estatal, resultando na criação de 500 propriedades estatais (Schmidt, 2009, p. 16). Inicialmente, essas propriedades serviram como fazendas de abastecimento para o Exército Vermelho como parte das reparações pós-guerra à União Soviética. Mais tarde, foram convertidas em Propriedade Pública (*Volkseigene Güter*, VEG), que se tornaram mecanismos importantes para apoiar outros empreendimentos agrícolas, tanto públicos quanto privados, como fazendas para sementes e criação de animais, formação e educação, e para fins experimentais e de pesquisa. As VEG também apoiaram agricultores com dificuldades econômicas com aconselhamentos e desempenharam um papel pioneiro na introdução de novos métodos agrícolas.

Fonte das terras expropriadas sob a reforma agrária (1946)

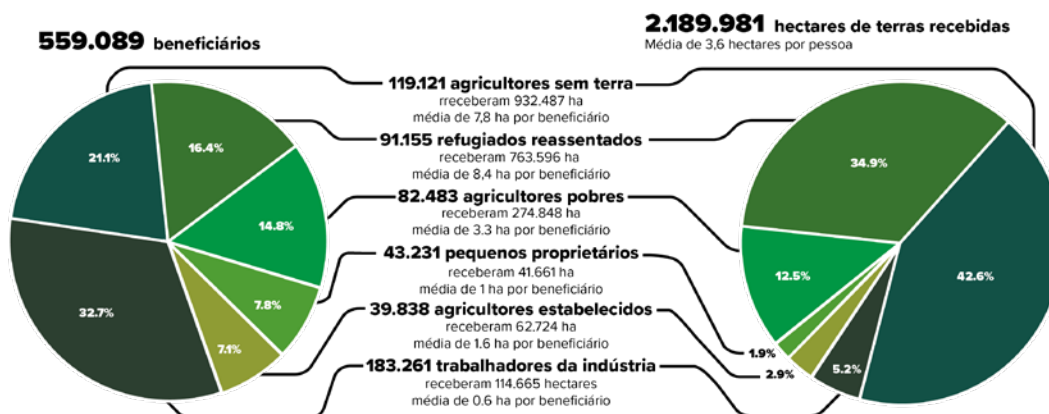


Dados de Klaus Schmidt, *Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA]. Cienze: AgriMedia, 2009, p. 16.

* Desde o início do século XX, companhias sem fins lucrativos compraram grandes propriedades e as dividiram em lotes para arrendar.

** Indivíduos ou organizações associados ao Partido Nazista.

Beneficiários e alocações da reforma agrária (1951)



Dados de Klaus Schmidt, *Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA]. Clenze: AgriMedia, 2009, p. 16..

Mudança na estrutura socioeconômica de propriedade da terra da Alemanha Oriental entre 1939 e 1951

Tamanho da propriedade rural (ha de terras agrícolas)	Participação no total de propriedades agrícolas (%)		Participação no total de terras agrícolas (%)	
	1939	1951	1939	1951
0,5–1	20,7	21,8	1,3	2,0
1–5	35,3	25,1	7,8	8,8
5–10	16,4	31,7	10,6	31,4
10–20	16,6	15,2	21,1	27,4
20–50	8,5	5,5	22,5	21,4
50–100	1,4	0,6	8,4	4,6
Más de 100	1,1	0,1	28,3	4,4

Isso significa, por exemplo, que em 1939 apenas 1,1% de todas as propriedades agrícolas tinham mais de 100 hectares. No entanto, essas propriedades representavam 28,3% do total de terras agrícolas. A reforma agrária não apenas aumentou significativamente o número de propriedades pequenas e médias, mas também aumentou sua participação no total de terras agrícolas utilizadas.

Dados do Coletivo de autores, *Früchte des Bündnisses - Erden und Waschen der sozialistischen Landwirtschaft der DDR* [Futos da aliança - o desenvolvimento e crescimento da agricultura socialista na RDA]. Berlin: Dietz Verlag, 1985, p. 33).

No início de 1946, os alemães orientais foram às urnas para eleger comissões locais para a Associação Camponesa de Ajuda Mútua (*Vereinigung der gegenseitigen Bauernhilfe*, VdgB), transformando assim os comitês camponeses de ajuda mútua, que surgiram organicamente, em órgãos administrativos oficiais. A Associação Camponesa de Ajuda Mútua foi encarregada de estabelecer estações de empréstimo de máquinas (*Maschinen-Ausleih-Stationen*, MASSs), nas quais os camponeses podiam alugar máquinas e equipamentos agrícolas, e de criar empresas que processavam produtos agrícolas e construíam oficinas de reparo e centros de criação de gado.

Em 1950, havia 32.621 fazendas estatais e empreendimentos agrícolas e 617.886 fazendas agrícolas privadas de pelo menos 1 hectare, sendo que estas últimas cultivavam cerca de 88% de todas as terras agrícolas na RDA (5,7 milhões de hectares) (Schmidt, 2009, p. 131; Administração Central Estatal de Estatísticas, 1957, p. 350). Em 1948, 40 mil fazendas eram administradas de forma independente por mulheres agricultoras, um resultado tanto da reforma agrária quanto do número significativo de soldados que morreram durante a guerra (Secretariado de Mulheres da SED, 1948, p. 2). Com um tamanho médio de 9,3 hectares, as fazendas de propriedade privada eram divididas da seguinte forma: na época, cerca de 2 dos 8 milhões de pessoas empregadas na RDA trabalhavam na agricultura. Um quarto eram trabalhadores agrícolas (trabalhadores com contrato); outro quarto eram agricultores (proprietário ou arrendatário autônomo de uma fazenda), e metade consistia praticamente em trabalhadores familiares (a família do proprietário ou arrendatário trabalhando sem contrato, previdência social ou imposto de renda), que eram quase exclusivamente mulheres (Grüneberg, 1965, p. 63). Dos aproximadamente 500 mil agricultores, 210 mil eram novos agricultores.⁷

Estrutura socioeconômicas das propriedades agrícolas privadas de ao menos 1 hectare na RDA, 1950

617.886 Total de propriedades rurais privadas

5.740.392 Total de hectares de terra
distribuídas em uma média de 9,3 hectares por propriedade de terra



Dados de Klaus Schmidt, *Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA]. Clenze: AgriMedia, 2009, p. 131.

⁷ Além dos reassentados mencionados anteriormente, “novos agricultores” se refere a agricultores sem-terra e trabalhadores agrícolas; em alguns casos, apenas trabalhadores e empregados não agrícolas são referidos como “novos agricultores”. Destes, 183.261 receberam 5% da área de reforma agrária e, portanto, geralmente cultivavam áreas de menos de 2 hectares de terra. Ver Schmidt, 2009, p. 16.



Imagem 6. Uma celebração do centésimo trator construído na fábrica de Brandemburgo em outubro de 1949. A placa (à direita) diz: “Lutar pela paz é lutar pelo futuro da Alemanha”; o mural (à esquerda) diz: “A paz nutre – a guerra destrói”.

Em suma, a implementação da reforma agrária na Alemanha Oriental marcou um ponto de virada histórico na democratização das relações agrárias e melhorou radicalmente as condições de vida da população rural. Com o poder econômico e político da nobreza latifundiária finalmente solapado, camponeses e trabalhadores agrícolas desenvolveram-se cada vez mais em uma classe autoconfiante e socialmente influente. Eles começaram a moldar ativamente a sociedade por meio de novas estruturas democráticas, como a Comissão de Reforma Agrária, a Associação Camponesa de Ajuda Mútua e o Partido Democrático dos Agricultores da Alemanha.⁸ A cooperação e a participação nos processos de tomada de decisão se tornaram características

⁸ O Partido Democrático dos Agricultores da Alemanha foi fundado em 1948 para fortalecer o envolvimento político e a representação dos agricultores na RDA. O partido mantinha uma bancada permanente na *Volkskammer* (Câmara do Povo), permitindo-lhe expressar os interesses rurais no parlamento. Nas comunidades rurais, desempenhou um papel ativo no desenvolvimento da infraestrutura, no apoio à vida cultural e no acompanhamento das cooperativas agrícolas.

centrais da vida dos camponeses, trazendo a questão do poder para o primeiro plano no campo. Este foi um novo começo, um território inexplorado para um campesinato que conhecia apenas séculos de opressão feudal e, depois, doze anos de belicismo fascista.

4. Construindo cooperativas: “Do eu para o nós”

Na Alemanha, cooperativas e associações de agricultores cooperativistas existiam antes da RDA sob a forma de empresas agrícolas que ofereciam empréstimos bancários e organizavam compras e vendas de produtos agrícolas (sementes, fertilizantes etc.). No entanto, como os *Junkers* e os grandes agricultores ocupavam posições de liderança nas associações, eles conseguiam usá-las para fortalecer seu domínio sobre as pequenas e médias propriedades. Em 1950, devido ao programa de reforma agrária, essas unidades organizacionais foram reestruturadas e integradas à Associação Camponesa de Ajuda Mútua como a Cooperativa Comercial dos Agricultores (*Bäuerliche Handelsgenossenschaft*), substituindo uma lógica de subjugação por uma de solidariedade.

No lado da produção, a primeira Cooperativa de Produção Agrícola (LPG) foi fundada em 1952. Desde o início, as LPG foram concebidas não apenas como instituições para a produção coletiva de bens agrícolas, mas como organizações sociais mais amplas encarregadas de funções econômicas, sociais e culturais. O caráter socialista da produção cooperativa se estabeleceu por meio do propósito declarado, das operações e, acima de tudo, da integração da LPG nas estruturas políticas e econômicas da RDA. No entanto, estabelecer esse caráter socialista e continuar a transformação fundamental no campo provou ser um processo complexo.

Para que as políticas agrícolas da RDA atendessem às necessidades materiais da população, especialmente em um contexto de ruína pós-guerra e uma economia com escassez de mão de obra, a questão da escala e da eficiência eram fundamentais. Bruno Kiesler, chefe do Departamento de Agricultura do Comitê Central do SED, explicou como a “reforma agrária democrática foi uma decisão estrategicamente correta, embora seus iniciadores estivessem cientes de que a produção em larga escala era, em última análise, superior a uma economia fragmentada e de pequena escala na agricultura”. Para “levar as massas rurais por este caminho”, continuou ele, em vez de lhes impor a ideia de produção em larga escala de cima para baixo, os camponeses “primeiro tiveram que encontrar seu próprio equilíbrio e ganhar confiança na liderança política. Através do seu trabalho diário na terra, eles gradualmente passaram a reconhecer que o trabalho comunitário e cooperativo era mais eficaz” (Kiesler, 2005, p. 57).

A pressão econômica para superar a produção agrícola de pequena escala aumentou no início da década de 1950 com a maior demanda por produtos agrícolas, tanto como matérias-primas para a indústria quanto como alimentos para a população, à medida que a escassez do pós-guerra dava lugar às demandas do tempo de paz. Ao mesmo tempo, havia sinais de estagnação na produção agrícola e na produtividade do trabalho, e a difícil situação econômica levou ao fechamento de fazendas, especialmente entre os novos agricultores (Grüneberg, 1965, p. 63). Além disso, a produção agrícola parcelada em pequenas

fazendas privadas dificultava a distribuição racional do trabalho e tornava difícil o uso eficiente de máquinas agrícolas, que já eram escassas. O trabalho manual permanecia predominante. Em 1950, as 514 estações de máquinas e tratores (*Maschinen-Traktoren-Station*, MTSs) na RDA tinham apenas 10.834 tratores e 675 caminhões para todo o país (Administração Central Estatal de Estatísticas, 1955, p. 198). Em 1952, antes do início do movimento cooperativista, cerca de 30 mil novos agricultores haviam abandonado suas fazendas (Kuntsche, 2015, p. 144). Enquanto a MAS – precursora da MTS – atendia agricultores individuais e oferecia pequenos equipamentos, a MTS buscava ir além do aluguel de equipamentos individuais, fornecendo grandes máquinas agrícolas e organizando sua implantação da maneira mais eficiente em mais e maiores LPG.



Imagem 7. Pátio de uma MTS em Obhausen, Saxônia-Anhalt, RDA (1950).

O historiador socialista Kurt Gossweiler descreveu a necessidade crescente de tomar uma decisão estratégica sobre qual sistema político desenvolver o setor agrícola:

Diante da necessidade urgente de aumentar a produtividade agrícola, a liderança da RDA teve que decidir como abrir caminho para a agricultura em larga escala: seja por caminhos capitalistas ou socialistas. Por essa razão, a discussão sobre a construção do socialismo na RDA era principalmente uma discussão sobre se a formação de cooperativas de produção agrícola seria aprovada (Gossweiler, 1998, p. 61-74).

Uma política orientada para a produção agrícola cooperativa teria um impacto profundo nas relações de trabalho e de propriedade na vida rural. Foi uma decisão de longo alcance que não poderia ser resolvida até que a questão nacional na Alemanha tivesse sido solucionada.

Em 1949, quando a RDA foi fundada como um Estado antifascista e democrático em reação à fundação da República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland*, BRD), a União Soviética, assim como os comunistas na Alemanha Ocidental e Oriental, continuaram tendo como objetivo estratégico uma república alemã unificada e não alinhada, na qual os Quatro Ds do Acordo de Potsdam de 1945 seriam implementados.⁹

Em última análise, o SED e a liderança política da União Soviética reconheceram a necessidade de mudar as estratégias. Em seu congresso partidário de 1952, o SED decidiu iniciar a construção do socialismo por meio da formação de LPG. Walter Ulbricht, secretário-geral do SED, enfatizou a necessidade de os agricultores se juntarem a cooperativas de forma voluntária, destacando “o princípio da voluntariedade absoluta na organização de tais cooperativas e apontando a inadmissibilidade de aplicar qualquer tipo de coerção aos camponeses a esse respeito”. Além disso, continuou Ulbricht, “o próprio camarada Lenin enfatizou que a agricultura comunitária não pode ser introduzida por decretos e leis” (Ulbricht, 1952).



Imagem 8. Um cartaz de agitação do SED da década de 1950 que diz: “O futuro pertence ao socialismo. Agricultores, unam-se à LPG”.

⁹ No Acordo de Potsdam de 1945, os chefes de Estado da vitoriosa União Soviética, Estados Unidos e Grã-Bretanha reuniram-se para discutir como proceder com a Alemanha derrotada e debateram o futuro do país. O Acordo de Potsdam de 1945 estabeleceu os “Quatro Ds”: democratização (reestruturar a vida pública), descentralização (esmagar a concentração de poder econômico entre empresas monopolistas), desmilitarização (desarmar completamente e destruir a indústria armamentista alemã) e desnazificação (remover todos os nazistas de cargos relevantes e punir criminosos de guerra).

Construindo o socialismo: uma LPG de cada vez

Embora a necessidade de desenvolver cooperativas e as estruturas para a produção agrícola em larga escala fosse clara, em muitos aspectos as condições subjetivas e objetivas para realizar tal projeto ainda não tinham se desenvolvido. Como a RDA promoveria uma mudança na forma de pensar, trabalhar e viver dos camponeses?

Em alguns casos, foram os camponeses e trabalhadores agrícolas que pressionaram por uma forma de produção coletiva. Tais camponeses tinham, de fato, instado o SED a apoiar a fundação de cooperativas mesmo antes da decisão do partido de fazê-lo em julho de 1952, e essa abordagem foi o que levou à criação da primeira LPG na Turíngia no mesmo ano. Eles eram a favor das LPG porque as viam como uma resposta necessária à difícil situação econômica em suas próprias terras, ou porque conheciam a agricultura cooperativa na União Soviética e estavam convencidos da necessidade do socialismo.

No entanto, para a grande maioria dos camponeses – especialmente entre os agricultores de médio e grande porte estabelecidos há muito tempo – a ideia de abandonar a agricultura individual ainda era inconcebível em 1952. Muitos foram desdenhosos, enquanto outros adotaram uma abordagem de esperar para ver. Foi necessária uma reorientação sem precedentes para promover uma forma de pensar e trabalhar mais coletiva, que ficou conhecida pela palavra de ordem *Vom Ich, zum Wir* [Do eu para o nós]. O secretário de agricultura do SED, Gerhard Grüneberg, resumiu algumas das principais dificuldades neste processo:

O trabalho cooperativo demanda tornar-se membro de um coletivo. Anteriormente, o camponês decidia sozinho como organizar seu trabalho. Agora ele¹⁰ recebe instruções ou, caso se torne chefe de uma brigada, por exemplo, deve organizar o trabalho para muitas pessoas... [e] aprender a superar certos preconceitos e respeitar outros membros da cooperativa como seus iguais (Grüneberg, 1965, p. 70).

¹⁰ O original alemão emprega formas masculinas genéricas, consistentes com o uso padrão na RDA. Esta tradução mantém esses termos apenas para preservar o texto original.



Imagem 9. Em janeiro de 1953, nove agricultores fundaram uma cooperativa de produção agrícola no município de Blochwitz (distrito de Grossenhain). Uma agricultora chamada Godzina assina um documento para se registrar como membro da cooperativa.

Na fase inicial, novos agricultores e pequenos proprietários que administravam fazendas economicamente fracas de todos os tamanhos foram a principal força motriz por trás do movimento cooperativista (Kuntsche, 2015, p. 144). Agricultores de grande escala foram excluídos da adesão às LPG até 1955, a fim de garantir que aqueles camponeses com laços mais estreitos com a classe trabalhadora desempenhassem o papel decisivo nas cooperativas desde o início.¹¹ Geralmente, pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas e novos agricultores eram facilmente recrutados para ingressar nas LPGs porque enfrentavam as maiores dificuldades econômicas e eram menos apegados às suas terras.

As nascentes LPG enfrentaram condições desfavoráveis de produção nos primeiros anos, como solo degradado, falta de experiência na organização da produção coletiva em larga escala, escassez de mão de obra e falta de celeiros, estábulos e outras instalações agrícolas disponíveis. O processo foi tornado ainda mais difícil pelo fato de que os agricultores frequentemente aderiam às cooperativas um a um. Integrar novos membros e novas áreas de produção era um desafio constante. As rotações de culturas e a organização da produção precisavam ser ajustadas frequentemente. Em média, levava de cinco a dez anos para estabelecer estruturas sólidas e procedimentos operacionais contínuos nas LPG (Grüneberg, 1965, p. 71).

Apesar desses e de outros desafios, em 1952 as primeiras cooperativas já cultivavam uma média de 114 hectares de terras agrícolas (Admi-

¹¹ Resolução da III Conferência das LPG em dezembro de 1954. Ver Mahlich, 1999, p. 107.

nistração Central Estatal de Estatísticas, 1955, p. 197). Isso significava que os pré-requisitos materiais para a produção em larga escala – como o novo maquinário e tecnologia agrícola e os fundos necessários para construir instalações agrícolas – precisavam ser garantidos o mais rápido possível. Embora a fabricação de maquinário agrícola tenha acelerado em 1952, ainda havia falta de equipamentos técnicos suficientes e de treinamento para os agricultores cooperados. Tudo isso impôs pressões adicionais à economia nacional.



Imagem 10. Em 19 de maio de 1954, a LPG Freie Erde (Terra Livre) em Magdeburg-Salbke constrói um grande pátio agrícola. Os agricultores da cooperativa lançaram a pedra fundamental junto com trabalhadores de empresas industriais vizinhas. A placa diz: “Como trabalhamos hoje é como viveremos amanhã!”



Imagem 11. A brigada de construção da LPG constrói um depósito de ração em 19 de outubro de 1955. Entre abril e outubro daquele ano, a brigada de construção completou três novos estábulos. Até 1960, a brigada havia construído baias de parição e espaços para suínos, gado e aves. Todos esses grandes projetos de construção foram concluídos com a ajuda de trabalhadores voluntários da construção civil.

Para facilitar uma transição gradual e acessível para as cooperativas, o Estado introduziu incentivos ativos de desenvolvimento e subsidiou as LPGs recém-estabelecidas por meio de medidas como a redução de atrasos fiscais e dívidas pendentes, o fornecimento de experiência técnica gratuita, a alocação prioritária de sementes de qualidade e fertilizantes minerais, e a concessão de empréstimos em condições favoráveis (Kuntsche, 2015, p. 143). Pela mesma razão, foram criados três tipos diferentes de LPG, que introduziram uma abordagem gradual afastando-se do modelo de propriedade privada do sistema anterior para a abordagem coletiva das LPGs. Do tipo I ao III, cada estágio introduziu um grau diferente de socialização dos meios de produção, exigindo participação no trabalho comunitário e regulando a distribuição de renda:

- Nas LPG do tipo I, terras aráveis, maquinário, equipamentos e animais de tração tornaram-se propriedade coletiva, enquanto o gado produtivo e de reprodução permaneceu como propriedade dos agricultores.
- Nas LPG do tipo II, tratores, animais de tração, maquinário e equipamentos também foram transferidos para a LPG.
- As LPG do tipo III operam como empresas totalmente coletivas e independentes. Aqui, exceto pela agricultura doméstica

privada, toda a propriedade dos agricultores (terras aráveis, pastagens, áreas florestais, gado, tratores, maquinário, equipamentos, instalações agrícolas) foi transferida para a cooperativa.

Em todos os três tipos, a terra que os camponeses traziam para a LPG permanecia como sua própria propriedade, em vez de propriedade estatal, e era levada em consideração quando os salários eram distribuídos.¹² Quanto mais alto o nível, menos a terra contribuída pelos agricultores era levada em consideração para a remuneração.

Em 1949, as estações de empréstimo de máquinas, que haviam sido organizadas pela Associação Camponesa de Ajuda Mútua para compartilhar máquinas existentes entre os agricultores, foram transformadas em estações de máquinas e tratores (EMT) estatais. Essa mudança refletiu a crescente oferta de tratores e máquinas agrícolas. As EMT desempenharam um papel fundamental na formação e estabilização das cooperativas: embora equipamentos técnicos maiores, caminhões e sistemas de máquinas não pudessem ser comprados privadamente pelos camponeses devido ao custo, escassez e restrições políticas, nas EMT podia-se alugar de acordo com um sistema tarifário que favorecia os pequenos agricultores em relação aos de grande escala e as cooperativas em relação às fazendas individuais. Além disso, como a base técnica das EMT e seu serviço de consultoria sobre produção agrícola e condições do solo eram continuamente expandidos pelo Estado, elas efetivamente determinaram a direção do desenvolvimento em direção à produção agrícola em larga escala de estilo industrial.

Além de atender às necessidades econômicas do campesinato, as EMT desempenharam um papel central no desenvolvimento político e cultural nos vilarejos. Anexos culturais foram construídos junto às EMT, onde treinamentos adicionais para agricultores, consultas agroquímicas e zootécnicas, exibições de filmes, viagens ao teatro, grupos de música e dança, bibliotecas e clubes esportivos, e muito mais, eram organizados pelas EMT. Essas casas culturais tornaram-se um centro essencial para o desenvolvimento agrícola, interação social e cultural e democratização da sociedade. Além disso, as EMT serviram como centros de apoio e bases de recrutamento cooperativo para a classe trabalhadora nas áreas rurais, conectando mecânicos, tratoristas e outros trabalhadores aos camponeses que estavam envolvidos em cooperativas.

¹² Isso diferia dos *kolkhozy* da União Soviética, uma forma de cooperativa agrícola que existia juntamente com fazendas estatais (*sovkhoz*). Os *kolkhozy* foram estabelecidos em 1929 durante o programa estatal de expropriação de propriedades privadas. Ao contrário do modelo cooperativo na RDA, as terras agrícolas na União Soviética eram de propriedade estatal e eram arrendadas aos *kolkhozy* por um período indeterminado. Os camponeses trabalhavam a terra coletivamente e recebiam compensação com base em suas contribuições de trabalho. Embora fossem principalmente autogeridos, os *kolkhozy* operavam dentro de uma estrutura mais ampla de planejamento e supervisão estatal.



Imagem 12. Habitantes de vilarejos folheando livros na biblioteca na comunidade de Krien, em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, RDA.



Imagem 13. Um anexo cultural construído em Krüge-Gersdorf, Brandemburgo, RDA, no início da década de 1950.

Integrando cooperativas na economia planejada

Embora a mudança em direção à agricultura cooperativa tenha sido iniciada com a fundação da primeira LPG em 1952, a primeira lei de LPG só foi aprovada em 1959. Incorporando as experiências dos últimos sete anos e as aspirações daqueles que ainda virão, esta lei e versões posteriores incluíram uma definição abrangente do papel social e da tarefa das cooperativas. A versão de 1982 da lei declarava o seguinte:

§1 Princípios

(1) As cooperativas de produção agrícola (doravante denominadas LPG) são associações voluntárias de agricultores, jardineiros e outros cidadãos que promovem a produção socialista conjunta para atender às necessidades materiais, culturais e de abastecimento alimentar da população, bem como fornecer matérias-primas às indústrias. As LPG garantem um aumento significativo na produção e alta eficiência na produção agrícola, melhorando constantemente a relação entre insumos e produtos.

(2) Nas LPG, os agricultores cooperados organizam seu trabalho conjunto e relações sociais de acordo com os princípios da democracia cooperativa e da gestão empresarial socialista, tais como igualdade, cooperação camarada e ajuda mútua. Os agricultores decidem conjuntamente sobre a propriedade cooperativa e compartilham os ganhos econômicos de sua LPG de acordo com os princípios cooperativos de distribuição (Lei sobre Cooperativas de Produção Agrícola, 1982).

Seis anos após a transição para a agricultura socialista, o Quinto Congresso do Partido do SED em 1958 estabeleceu a meta de alcançar a autossuficiência na produção agrícola, bem como o acesso adequado a matérias-primas para a indústria agrícola até 1962. Além de produtos que não podiam ser cultivados na RDA devido a condições climáticas e ambientais (por exemplo, frutas tropicais, café, cacau etc.), a soberania alimentar foi, a partir de então, amplamente alcançada.¹³

Para planejar e desenvolver a economia nacional, a produção agrícola cooperativa teve que ser integrada ao sistema econômico centralmente planejado da RDA. O principal instrumento para o planejamento da produção agrícola era o Plano de Volume de Produção Estatal de Produtos Agrícolas, que era elaborado por meio de um processo complexo de avaliações e discussões. Primeiro, a demanda por bens e produtos agrícolas era determinada em nível central pela Comissão de Planejamento Estatal, pelo Ministério da Agricultura e Florestas e pelo Escritório Estatal Central para o Registro e Compra de Produtos Agrícolas. Isso incluía prioridades para o desenvolvimento da produção, bem como o progresso cultural e social. Os objetivos estabelecidos nesse esboço

¹³ Os anuários estatísticos da RDA registram consistentemente um certo nível de importações agrícolas, principalmente frutas tropicais. No entanto, como o ex-ministro da Agricultura Hans Watzek observou em nossa entrevista, alguma quantidade de trigo também era importada – até mesmo de países capitalistas. Essa e outras entrevistas relacionadas estão disponíveis em ifddr.org.

de plano eram então discutidos nos níveis distrital e municipal, bem como nas LPG e nas outras empresas agrícolas socialistas, antes de serem apresentados novamente em nível central e então adotados pela Câmara do Povo da RDA. Somente então, com base no plano anual, as unidades das LPG elaboravam seus planos operacionais finais, trabalhando em estreita colaboração com os conselhos municipais. A implementação do plano era então monitorada pelo conselho ou pelo prefeito do município.

Cada tarefa nas LPG recebia um valor em uma escala de 0,8 a 1,6 unidades de trabalho, uma chave de conversão que servia para classificá-las de acordo com sua importância, dificuldade e as qualificações necessárias para concluí-las. O trabalho complicado era remunerado com mais unidades do que o trabalho mais simples, com os membros completando uma série de tarefas em um determinado período, cada uma com um valor específico de unidade de trabalho atribuído. Uma unidade de trabalho correspondia a um valor monetário que era calculado a partir da soma total dos fundos gerados disponíveis para distribuição aos membros e do número de unidades de trabalho realizadas nas LPG. Um valor mínimo de sete marcos (a moeda oficial da RDA) por unidade de trabalho era garantido pelo Estado. Como o valor exato das unidades de trabalho ganhas só podia ser determinado no final do ano, utilizava-se um sistema no qual aproximadamente 70% do valor planejado das unidades de trabalho era pago antecipadamente (Grüneberg, 1965, p. 76). Solveig Leo, uma presidente de longa data de uma LPG, relembrou o processo de atribuição de valor às unidades de trabalho e os debates que surgiram:

À noite, eles [os agricultores da LPG] geralmente avaliavam o desempenho do dia e registravam as unidades de trabalho em um quadro-negro na LPG: 1,1 ou 1,2 unidades de trabalho ou algo assim por dia para cada nome. Isso significava que cada agricultor cooperado conseguia ver quantas unidades de trabalho seu colega havia recebido. E, é claro, havia debates. Por exemplo, se alguém discordasse e achasse que tinha trabalhado com muito mais diligência do que o cálculo mostrava, perguntava: “Por que eu tenho apenas 1,1 e ele tem 1,3?”. Então, o chefe da brigada tinha que explicar o porquê (Leo, 2024).

Quando uma LPG estabelecia seu plano de produção, ela alocava sua receita para vários fundos em coordenação com o conselho municipal. Esses fundos eram divididos entre uma reserva de consumo e uma de investimento com várias distinções, como o fundo essencial (que era destinado a edifícios agrícolas, maquinário, equipamentos com longa vida útil, taxas de admissão de membros cooperados etc.); capital de giro; investimento; remuneração; despesas culturais e sociais.

Como ocorria em outros setores na RDA, a fim de promover a produção, competições eram organizadas dentro e entre as LPG, paralelamente aos planos anuais e ao trabalho diário das brigadas. O objetivo era mobilizar recursos adicionais em tempo de trabalho, chamar a atenção do público para a importância da agricultura e conscientizar os moradores sobre os resultados coletivos de todo o trabalho no setor

agrícola, incluindo o trabalho das LPG. O autor Thomas Kupfermann descreve quanta atenção pública essas competições atraíam:

A colheita mecanizada de culturas em grande escala (...) era conhecida como a “batalha da colheita”. Os homens – e mulheres – trabalhadores que dirigiam suas colheitadeiras pelos grandes campos das LPG e levavam suas máquinas para o próximo trabalho nas estradas (...) eram os “capitães da colheita”. Todos os anos, a batalha da colheita se intensificava, e a mídia a acompanhava com manchetes e histórias de sucesso (...) As cooperativas participavam de competições distritais, que também eram noticiadas, e ao final da batalha da colheita havia prêmios para os vencedores e suas fotos eram exibidas nas “Ruas dos Melhores” [quadros negros onde os melhores trabalhadores eram exibidos] (Kupfermann, 2015, p. 69).



Imagem 15. A contabilidade das LPG era uma tarefa difícil e muitas vezes impopular, mas necessária. Um agrônomo da Associação de Ajuda Mútua dos Camponeses (à esquerda) treina um agricultor (à direita) que assumiu esse trabalho para uma LPG em Neubredersdorf, RDA, enquanto alguns dos outros membros verificam os cálculos (outubro de 1954).



Imagem 16. Colegas do Instituto de Agroecnomia da Academia Alemã de Ciências Agrícolas em Berlim apoiam a contadora sênior da LPG de Schönemark, Anne-Margret Mielke, enquanto ela prepara a auditoria do caixa mensal.



Imagem 17. Trinta e duas agricultoras da LPG Vorwärts em Groß Beuchow, RDA, colheram 100 toneladas de batatas, que foram imediatamente levadas para lojas próximas (setembro de 1961).



Imagem 18. Em 1961, a Brigada de Ordenha da Amizade de uma LPG em Neßdorf produziu mais de 80 mil quilos de leite, superando a meta do plano de produção para aquele ano.



Imagem 19. Membros da LPG de Priborn discutem as altas produtividades das colheitas e o uso eficiente da tecnologia em sua assembleia geral anual (janeiro de 1973).

Luta de classes e disputas políticas

O progresso do movimento cooperativista na RDA foi moldado tanto por condições internas quanto pelas condições políticas em toda a Europa na década de 1950. Na RDA e na Europa Oriental, o desenvolvimento do socialismo ainda estava em sua infância. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria travada pelos EUA e seus aliados ocidentais contra o campo socialista se intensificou. Houve muitas tentativas de explorar incertezas e contradições nos países socialistas e em suas lideranças políticas, especialmente após a morte de Joseph Stalin em março de 1953. As violentas crises políticas e protestos antigovernamentais na RDA em 1953, na Polônia em 1956 e na Hungria naquele mesmo ano podem ser compreendidos neste contexto.

Ainda em março de 1952, Heinrich von Brentano, então ministro das Relações Exteriores da Alemanha Ocidental, declarou abertamente suas intenções de retomar o controle da Alemanha Oriental: “Faremos tudo e qualquer coisa – e digo explicitamente: tudo e qualquer coisa – para recuperar a Zona de Ocupação Soviética” (Instituto para o Marxismo-Leninismo no Comitê Central do SED, 1966, p. 226). Em particular, a fronteira aberta entre Berlim Ocidental e Oriental ofereceu ao Ocidente uma ampla gama de oportunidades para ações disruptivas, incluindo espionagem, sabotagem e o estabelecimento de organizações terroristas. Por exemplo, a estação de rádio de Berlim Ocidental, Rundfunk im amerikanischen Sektor (Radiodifusão no Setor Estadunidense), usou reportagens manipuladoras e negativas para aumentar as dúvidas dos agricultores sobre as perspectivas da visão socialista (Kuntsche, 2015, p. 322).

O Ocidente explorou os desafios e o descontentamento existentes na RDA, que decorriam principalmente da luta da população para superar as consequências da guerra, e os transformou em armas contra seu governo. Vendo quão tensa a situação política estava se tornando no início de junho de 1953, a liderança da RDA implementou medidas abrangentes de alívio para a população. No entanto, protestos eclodiram semanas depois, em 17 de junho de 1953, que foram incitados a tentar um golpe contrarrevolucionário com a ajuda do Ocidente.

Após a agitação, a liderança do SED refletiu crítica e publicamente sobre seus erros políticos, inclusive em relação ao movimento cooperativo que havia começado um ano antes. Em um artigo de jornal, o Comitê Central do SED escreveu:

O partido, que havia tomado o rumo certo para construir as bases do socialismo na RDA, tomou o caminho errado de acelerar a solução desta tarefa sem levar em conta as condições internas e externas reais. Isso (...) teve consequências prejudiciais para o abastecimento alimentar da população e, em certa medida, levou à ruptura das relações apropriadas entre o partido e as massas trabalhadoras. Métodos administrativos foram empregados onde deveria ter ocorrido um trabalho educacional amplo e diligente entre as massas.

Era correto que as organizações partidárias apoiassem o movimento de formação de cooperativas de produção agrícola que

surgiu na RDA após a iniciativa dos agricultores trabalhadores. No entanto, em alguns círculos, as organizações partidárias toleraram a violação do princípio estrito da voluntariedade e tentaram aumentar o número de cooperativas sem dedicar a atenção necessária à consolidação organizacional e econômica das cooperativas existentes, que é a principal tarefa do partido ao promover o desenvolvimento de cooperativas nos vilarejos (Comitê Central da SED, 1953).

Por fim, o esforço necessário para estabelecer novas LPG tornou difícil a expansão adicional, levando o Estado a mudar para a consolidação das LPG existentes, apoiando seus esforços para aumentar a capacidade de produção e integrando agricultores adicionais, ao mesmo tempo que fornecia maior apoio às fazendas privadas cuja produtividade ainda era essencial para atingir as metas agrícolas globais.

Durante esse período, houve um debate renovado sobre o futuro da agricultura na RDA, que girou em grande parte em torno do quanto o Estado deveria continuar a promover cooperativas. Em meados da década de 1950, a maioria das cooperativas ainda era menos produtiva do que as fazendas privadas de médio e grande porte e precisava do apoio estatal por meio de subsídios. Alguns políticos e analistas usaram isso como uma oportunidade para fazer campanha contra o apoio estatal a cooperativas “improdutivas” e pelo fortalecimento de fazendas privadas. Essas propostas foram rejeitadas veementemente pela liderança do SED, Walter Ulbricht, que declarou em 1957 em uma conferência do Comitê Central:

Diz-se que o desenvolvimento ordenado da agricultura e a promoção sistemática da agricultura socialista devem ser abandonados (...) A prioridade, dizem eles, deve ser dada ao desenvolvimento de fazendas familiares [privadas] (...) Esta proposta abre o caminho de volta para uma economia capitalista, pela qual os grandes agricultores se tornariam a principal força econômica no vilarejo (Ulbricht, 1961, p. 601).

Essas disputas revelam que, durante todo o período do movimento cooperativo, houve profundos conflitos e debates sobre como equilibrar a relação entre a voluntariedade e a promoção ativa e determinada das cooperativas pelo Estado. Exageros administrativos por parte de agências governamentais e líderes políticos que violaram o princípio da voluntariedade foram criticados e combatidos. No entanto, o mesmo ocorreu com as ideias de um processo autossustentável que atribuía ao Estado um papel passivo em relação aos agricultores. Houve também uma luta ativa contra as forças que pretendiam sabotar o desenvolvimento da agricultura socialista.

Primavera socialista: o auge do movimento cooperativo

Em 1958, seis anos após a fundação da primeira LPG, houve uma consolidação e estabilização gradual da capacidade produtiva dentro do movimento cooperativista, embora o apoio estatal permanecesse

necessário na maioria dos casos. No entanto, enquanto fazendas privadas existissem ao lado do setor cooperativo, a transformação socialista do campo permanecia incompleta. A coexistência de diferentes estruturas socioeconômicas na agricultura – produção cooperativa e agricultura individual – estava fadada a frear o crescimento da produtividade. Ao mesmo tempo, a mera existência de empresas privadas no campo dava aos opositores políticos munição para argumentar contra o projeto da agricultura socialista como um todo. Aumentava a pressão para trazer as empresas privadas para o movimento cooperativo e criar um sistema unificado.

De 1958 a 1960, período comumente referido como “primavera socialista”, quase todos os agricultores privados restantes foram integrados às LPGs por meio de iniciativas lideradas por partidos do bloco,¹⁴ organizações de massa, o Partido Democrático dos Agricultores da Alemanha, a Associação Camponesa de Ajuda Mútua e as MTS. Essa consolidação foi reforçada por medidas econômicas que fortaleceram a capacidade técnica do setor, como um aumento acentuado nas máquinas agrícolas disponíveis. À medida que a produtividade das LPG aumentava visivelmente e o apoio estatal se tornava mais eficaz, agricultores de médio e grande porte que há muito tempo tinham reservas começaram a ver o valor de ingressar no setor cooperativo.



Imagem 14. Trabalhadores industriais ajudam na colheita de batata. As cooperativas foram designadas a empresas industriais em um estágio inicial para fornecer apoio, e os trabalhadores ajudavam na colheita e nos reparos.

¹⁴ Os cinco partidos políticos na RDA que se uniram para formar um bloco democrático antifascista (SED, CDU, LDPD, DBD, NDPD) eram chamados de partidos do bloco.

Quando a campanha foi declarada concluída na primavera de 1960, sua escala era visível nas estatísticas: as cerca de 850 mil fazendas individuais que existiam em 1950, com uma média de apenas 7,6 hectares cada, deram lugar a mais de 19 mil LPG, cada uma cultivando uma média de cerca de 280 hectares. 84% de todas as terras agrícolas eram agora cultivadas de forma cooperativa (Administração Central de Estatísticas, 1962, p. 419).

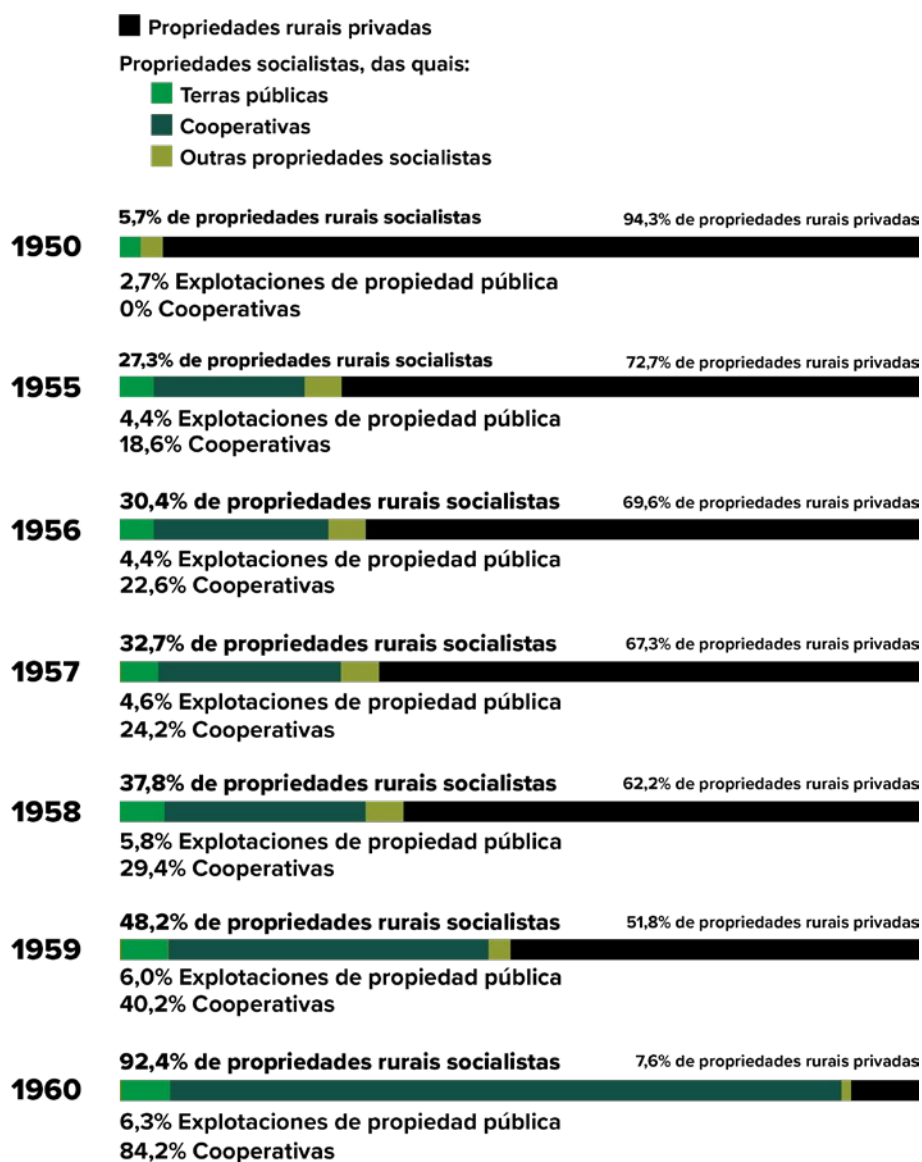
As mulheres agricultoras desempenharam um papel fundamental na expansão e consolidação do movimento cooperativo, pois muitas vezes eram as principais agentes a convencer suas famílias. As mulheres, que tradicionalmente trabalhavam no campo da pecuária, que consome muito tempo e é fisicamente desgastante, enquanto também administravam seus lares e o cuidado com os filhos, certamente tinham muito a ganhar ao ingressar nas LPG e com os benefícios sociais concedidos a seus membros.

Embora a grande maioria dos agricultores tivesse concordado em ingressar nas LPG até a primavera de 1960, em alguns casos eles só passaram a apreciar verdadeiramente os benefícios da produção cooperativa nos anos que se seguiram. Uma agricultora, Elli I., refletiu sobre seu ceticismo em relação à cooperativa nos primeiros anos:

Como agricultores individuais, tínhamos que trabalhar do amanhecer ao anoitecer. Em 1957, minha filha nasceu prematura porque eu tive que ajudar meu marido a carregar trinta sacos de fertilizante. Na cooperativa, não precisávamos mais nos preocupar com tais coisas. Nós tínhamos ingressado na cooperativa bem tarde e, depois de anos, pensei comigo mesma, meu Deus, quão estúpidos nós fomos? Não se pode viver melhor do que aqui. O trabalho ficou mais fácil. Tínhamos assistência médica, toda mulher podia ir ao médico, tínhamos dias de folga para tarefas domésticas e férias. Quando penso no passado, ... aqueles foram os meus melhores anos (Kuntsche, 2015, p. 333).

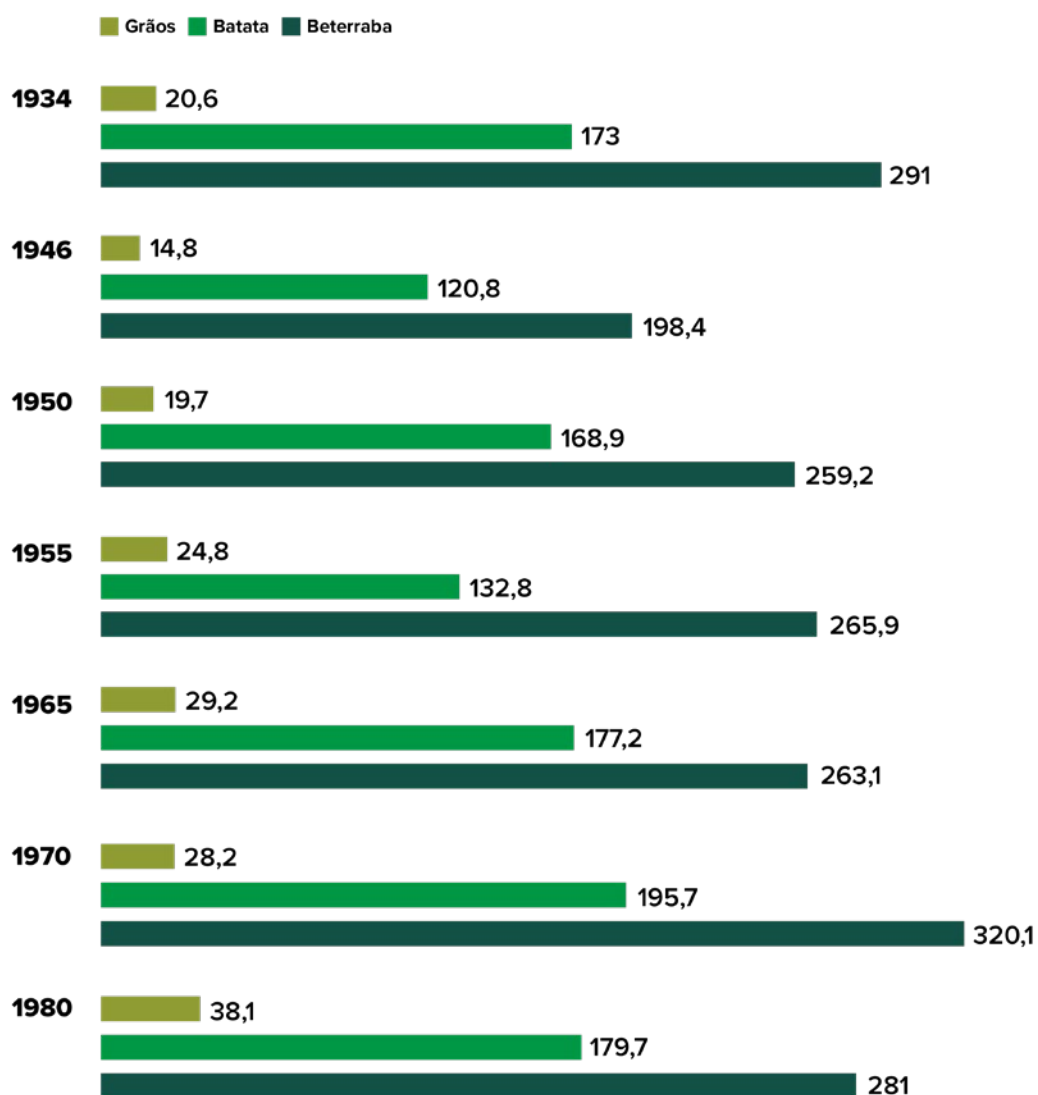
Participação de terra agrícola por propriedade

Dados da Administração Central Estatal de Estatísticas, *Statistisches Jahrbuch der DDR 1960/61* [Anuário Estatístico da RDA 1960/61], VEB Deutscher Zentralverlag, 1962, p. 419.



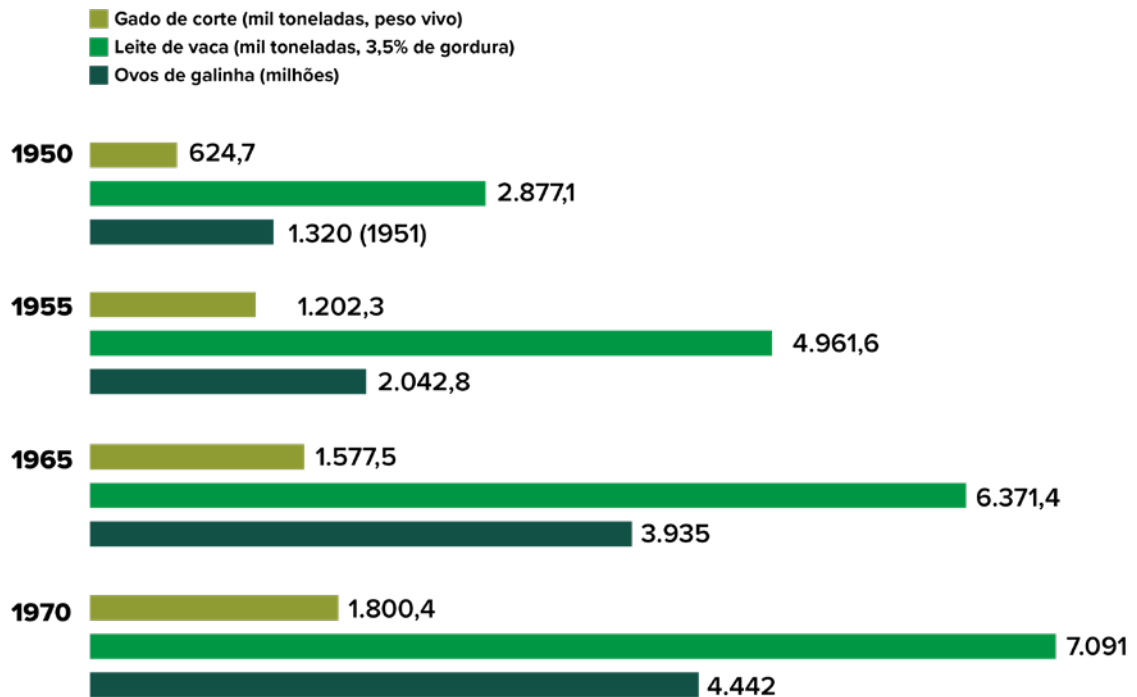
O setor agrícola socialista inclui cooperativas e terras públicas. Outras empresas pequenas e estatais não são mostradas separadamente, o que se deve à diferença entre a participação total nas propriedades socialistas e as participações combinadas de terras e cooperativas públicas.

Desenvolvimento da produtividade das culturas (decitoneladas por hectare, dt/ha)



Dados de Gerhard Seidel, *Die Landwirtschaft der DDR* [Agricultura na RDA]. Berlim: VEB Deutscher Landwirtschaftsverlag, 1961, p. 31; Coletivo de autores sob a direção de Volker Klemm, *Von den bürgerlichen Agrarreformen zur sozialistischen Landwirtschaft in der DDR* [Das reformas agrárias burguesas à agricultura socialista da RDA]. Berlim: VEB Deutscher Landwirtschaftsverlag, 1985, p. 220. Administração Central Estatal de Estatísticas, *Statistisches Jahrbuch der DDR 1989* [Anuário Estatístico da RDA 1989]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1990, p. 196.

Desenvolvimento de produtos de origem animal



Dados da Administração Central Estatal de Estatísticas, *Statistisches Jahrbuch der DDR 1971* [Anuário Estatístico da RDA 1971]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1971, p. 222; Administração Central Estatal de Estatísticas, *Statistisches Jahrbuch der DDR 1955* [Anuário Estatístico da RDA 1971]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1956, p. 224.

Cooperativas impulsionam o progresso social e cultural

Desde a sua origem, as tarefas das LPG não se limitavam à produção agrícola, mas à melhoria da vida rural em geral. Com o tempo, elas se desenvolveram em centros de desenvolvimento social, comunitário, cultural-político e econômico nas comunidades rurais. Em coordenação com os municípios e empresas urbanas, as LPGs construíram apartamentos, centros culturais, jardins de infância e instalações esportivas. Elas melhoraram estradas e construíram novas, instalaram tubulações de água e sistemas de esgoto, cavaram valas de drenagem e abriram lojas e restaurantes. As LPG apoiaram e expandiram o trabalho cultural das MTS. Apresentações de grupos de teatro, noites de dança para os jovens, eventos esportivos e exhibições de filmes trouxeram um novo nível de vida cultural para os vilarejos.

Hans Luft, um agrônomo e ex-funcionário do Ministério da Agricultura da RDA, reflete sobre a transformação cultural trazida pelas novas relações de produção do sistema das LPG:

O trabalho conjunto na cooperativa e [a resolução de] problemas emergentes, como o uso de maquinário complexo para realizar a colheita o mais rápido possível, dificuldades com reparos e aquisição de peças de reposição para maquinário agrícola, conclusão

de sistemas de construção e irrigação, e manejo de grandes rebanhos livre de epidemias, rapidamente romperam gerações de inimizade nos vilarejos. Os filhos dos agricultores cresceram dentro das novas formas de produção com novos conhecimentos, experiência e, acima de tudo, níveis mais elevados de qualificação (Luft, 1998, p. 43).

As cooperativas melhoraram imensamente as condições de vida da população rural, reduzindo o esforço físico dos agricultores por meio do trabalho comunitário e do uso de maquinário (Mahlich, 1999, p. 445). Além de programas nacionais que garantiam o acesso a sistemas nacionais de assistência social, saúde, previdência e assim por diante, as LPGs alcançaram uma série de importantes avanços sociais para seus membros, que eram impossíveis de serem sequer sonhados pelas gerações anteriores de agricultores e ainda indisponíveis para as poucas fazendas privadas restantes, tais como:

- salário igual para trabalho igual;
- remuneração especial por trabalho aos domingos e feriados;
- auxílio-doença;
- benefícios para filhos, como pagamentos mensais em dinheiro e auxílio-natalidade;
- férias remuneradas, com a opção de passá-las em um local de férias subsidiado e de propriedade da LPG;
- horários de trabalho fixos e previsíveis, exceto durante os meses de colheita;
- a inclusão de todos os agricultores cooperados em um sistema uniforme de previdência social que cobria benefícios como assistência médica, pensões e seguro contra acidentes;
- “isenção” de contribuições de imposto de renda (Mahlich, 1999, p. 445-446).



Imagem 20. Dois professores e um assistente educativo cuidam de 47 crianças no jardim de infância da LPG Walter Ulbricht em Jahna, fundado em 1952.



Imagem 21. A Comissão de Mulheres Agricultoras da Associação Camponesa de Ajuda Mútua no distrito de Stollberg seguiu as resoluções do Congresso dos Agricultores para apoiar as mulheres agricultoras e meninas na sua educação contínua, oferecendo cursos de formação especiais. Durante quinze semanas, quarenta e oito mulheres e meninas vieram à sede do distrito para formação complementar, incluindo palestras, seminários, exercícios práticos e estudos de campo. O foco foi a criação e o tratamento de gado, porque a maioria das participantes trabalhava nesta área (fevereiro de 1962).

Além disso, o trabalho infantil, que tinha sido uma prática comum nas explorações agrícolas familiares, desapareceu com o advento das LPG. As escolas centrais substituíram as escolas de classe única nos vilarejos. As crianças e os jovens tinham acesso ao sistema de educação politécnica da RDA, que lhes permitia escolher uma carreira independente e proporcionava uma base para estudos agrícolas. Foram criadas oportunidades abrangentes de educação e formação para os agricultores cooperativistas, das quais as agricultoras beneficiaram significativamente, uma vez que puderam obter qualificações profissionais e assumir cargos de gestão nas explorações agrícolas cooperativas pela primeira vez.

Margarete Müller, agrônoma e política do SED, descreveu o progresso que seu vilarejo alcançou:

Vivo em Kotelow desde 1960. No passado, com 29 anos, fui eleita presidente da LPG. Quando começamos, não havia estradas pavimentadas e as nossas botas ficavam presas na lama. Pouco a pouco, modernizamos e fizemos melhorias no vilarejo. Ficávamos felizes com cada casa nova, cada estábulo novo, cada celeiro novo, com a exploração leiteira e as pocilgas que construímos juntos. Celebrávamos juntos e também ficávamos frustrados juntos quando as coisas não saíam como queríamos. Éramos uma comunidade. Mesmo no verão, os agricultores podiam sair de férias, e os jovens que se qualificavam em universidades e faculdades técnicas por vezes regressavam porque viam um futuro para si próprios e para as suas famílias na pequena Kotelow (Müller, s.d., p. 58).



Imagem 22. Anneliese Hartmann, uma especialista em mecanização da LPG V. I. Lenin em Öttersdorf, opera uma ceifadeira sobre áreas de forragem verde em junho de 1978.

A partir de 1960, o auge do movimento cooperativo, até a dissolução da RDA em 1990, as mulheres representavam cerca de 40-45% dos membros das LPG (Administração Central de Estatística do Estado, 1990). Embora apenas 8,5% das mulheres que trabalhavam na agricultura tivessem um diploma ou formação profissional em 1963, em comparação com 18,1% dos homens, em 1984 esse número havia atingido 88,6% no campo da agricultura, em comparação com 90,2% da população geral (Coletivo de autores do Ministério da Agricultura, Florestas e Indústria Alimentar, 1989, p. 66). Em 1966, 26% de todos os membros do conselho das LPGs eram mulheres (Körner, 1969). Estruturas concretas, como os Comitês de Mulheres e os Planos de Desenvolvimento das Mulheres, foram estabelecidas de forma abrangente nas LPG e destinavam-se a fortalecer o papel das mulheres, defender seus interesses e aumentar suas posições de liderança. Em 1978, a proporção de mulheres em cargos de liderança havia atingido 35%, em parte devido ao aumento de suas qualificações profissionais e educacionais. No entanto, o processo de aumento do número de mulheres na liderança estagnou no final da década de 1980 e as mulheres permaneceram sub-representadas entre as presidências das LPGs até o fim da RDA (Aus erster Hand, 1988, p. 18).

Solidariedade anti-imperialista na agricultura

À medida que a RDA buscava aproximar a qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas, outro pilar da construção socialista foi cultivado entre os agricultores: a solidariedade internacional.

Em 1º de setembro de 1960, o Instituto de Agricultura Tropical foi fundado na Universidade Karl Marx em Leipzig. Por que tal instituto foi estabelecido na Alemanha, um país situado em uma zona climática temperada e fria? Após perder suas colônias no final da Primeira Guerra Mundial, não havia mais qualquer interesse estatal em pesquisa e educação relacionadas à agricultura tropical. Isso mudou com a RDA, embora com uma premissa totalmente diferente: jovens Estados-nação que haviam emergido de lutas anticoloniais deveriam ser ativamente apoiados em seu caminho para a libertação econômica. Milhares de estudantes de mais de sessenta países do Sul Global foram treinados para desenvolver a agricultura em seus países de origem no Instituto de Leipzig e em algumas outras instituições educacionais, como a Escola de Engenharia Agrícola para Agricultura Tropical em Altenburg e a VEB Interagrarkooperation.

Cidadãos da RDA também frequentaram cursos e seminários projetados especificamente para prepará-los para missões agrícolas no exterior. Grupos de especialistas da RDA, trabalhando em estreita colaboração com especialistas e funcionários locais, apoiaram o processo complexo e prolongado de transformar estruturas agrícolas feudais, colonialmente distorcidas e atrasadas em produção agrícola soberana e controlada pelo Estado.

Exemplos incluem especialistas em suínos no Vietnã tentando combinar a fertilidade do porco vietnamita de barriga saliente com a capacidade

de engorda de raças alemãs, um agricultor tropical na República Democrática Popular do Iêmen que, junto com funcionários locais, realizou as primeiras pesquisas estatísticas completas da produção pecuária, ou um grupo de 38 especialistas da RDA que, com base em um tratado de amizade entre a RDA e Moçambique e em estreita cooperação com forças locais, ajudaram a estabelecer uma fazenda estatal – oito dos quais foram mortos por forças contrarrevolucionárias em 1984 (Smardz, 2005, p. 277). Além disso, o desenvolvimento das primeiras regiões cafeeiras em Dak Lak, Vietnã – apoiado por 32 milhões de rublos¹⁵ – permitiu que o país se tornasse o segundo maior produtor de café do mundo (Böhme, 2015).

O envio de tratores e máquinas agrícolas, bem como a montagem de oficinas de reparo, foi financiado por doações de cidadãos da RDA, incluindo contribuições de agricultores. Em milhares de cooperativas, agricultores na RDA criaram grupos de solidariedade e apoiaram campanhas como “Agricultores Ajudam os Agricultores do Vietnã”, que enviou equipamentos de pulverização para o Vietnã para recuperar plantações envenenadas pelos ataques químicos dos EUA.



Imagem 23. Membros da LPG Oskar Schneller em Mansfeld expressam sua solidariedade e amizade com o povo vietnamita na presença de Bui Tru, o segundo secretário da embaixada da República Democrática do Vietnã na RDA (julho de 1972).

¹⁵ “Rublos” aqui refere-se ao “rublo transferível” (*Transferrubel*), uma unidade de conta não monetária usada dentro do Conselho para Assistência Econômica Mútua (*Comecon*) para regular o comércio e a ajuda entre Estados socialistas. Ele diferia do rublo nacional soviético e era usado para transações de compensação entre Estados membros, como a RDA e o Vietnã.

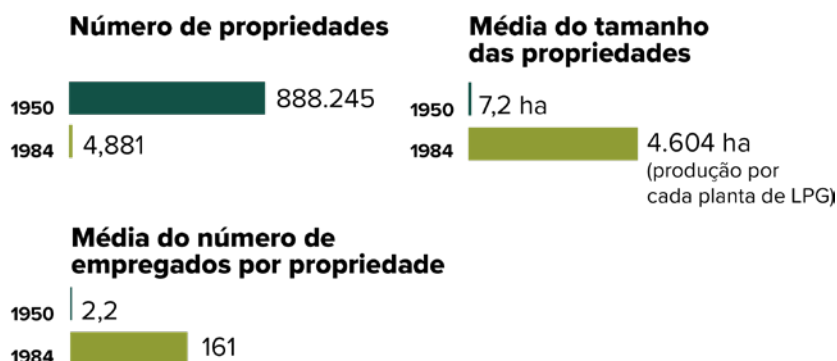
O caminho para a produção agrícola em larga escala

No final da década de 1960, quando a reforma agrária tinha sido totalmente implementada e o movimento cooperativo tinha atingido seu auge, uma terceira fase central de desenvolvimento agrícola começou. Durante essa fase, foram estabelecidos objetivos estratégicos que guiariam o planejamento agrícola até o início da década de 1980: a consolidação de pequenas e médias fazendas em cooperativas maiores, a especialização em partes do processo de produção e a colaboração com indústrias de processamento como pré-requisitos para a produção em larga escala de tipo industrial no campo. Hans Reichelt, ministro da agricultura de longa data, explicou a necessidade da produção agrícola industrial sob as condições de uma sociedade socialista:

Este foi o caminho para a criação de unidades econômicas maiores na agricultura – a agricultura em pequena escala é tão ineficaz quanto manter gado em pequenos estábulos. Alguns podem objetar: “Caramba, pecuária em larga escala!” Mas a produção de tipo industrial na agricultura não é ruim *per se*. É objetivamente necessário para alimentar a humanidade – isso não é possível com métodos de produção do século XIX. O que é ruim é quando todas as regras morais e éticas, incluindo o bem-estar animal, são ignoradas em prol do lucro. No entanto, isso decorre do caráter da sociedade. Quando compradores atacadistas corporativos forçam os agricultores a venderem seus produtos abaixo do preço de produção, e quando acionistas e bancos especulam com alimentos nas bolsas de valores, isso inevitavelmente tem um impacto na produção (Schmidt, 2009, p. 293).

Como resultado do aumento das capacidades de investimento e da eficiência que vieram com anos de experiência acumulada na produção em estilo cooperativo, todas as LPG gradualmente se desenvolveram em LPG do tipo III (a estrutura cooperativa mais avançada, por meio da qual os agricultores incorporaram todas as suas terras e propriedades à cooperativa, que funcionava como uma empresa independente). Por meio de um decreto de 1963 do Conselho de Ministros, a maior parte das máquinas das MTS foi entregue às LPG do tipo III gratuitamente, enquanto as LPG do tipo I e do tipo II puderam comprá-las a um preço baixo e em parcelas (Coletivo de autores, 1985, p. 170). Muitos trabalhadores das MTS, tratoristas e técnicos tornaram-se membros de cooperativas. Isso significava que o uso da tecnologia poderia ser coordenado de forma mais eficaz e integrado ao trabalho das LPG. Finalmente, as LPG também se fundiram para formar “LPGs conjuntas” maiores. O número total de cooperativas diminuiu, enquanto a área agrícola cultivada por cada cooperativa aumentou. Onde anteriormente havia 19.313 LPG trabalhando em aproximadamente 5,4 milhões de hectares de terra em 1960, em 1988, 3.855 trabalhavam a mesma quantidade de terra (Administração Central Estatal de Estatísticas, 1990, p. 181).

Mudanças na estrutura da propriedade agrícola na RDA, 1950-1984



Dados de Coletivo de autores, 40 Jahre erfolgreiche Entwicklung zu einer leistungsfähigen sozialischen Landwirtschaft in der DDR [40 anos de desenvolvimento exitoso em direção à agricultura socialista eficiente na RDA]. Eggersdorf: agrabuch, 1989, p. 58.

Esse aumento na produtividade agrícola foi impulsionado pela necessidade de atender à crescente demanda por alimentos e matérias-primas, que eram insumos necessários em várias indústrias, como a têxtil, de couro e peles, celulose e papel, química e farmacêutica, madeireira e cultural. Em 1988, quase 65% das matérias-primas primárias da RDA eram produzidas no setor agrícola (Schmidt & Boew, 1988, p. 14). Esse aumento na produtividade agrícola também liberou mão de obra urgentemente necessária que poderia ser empregada em outros setores da economia; promoveu o uso eficiente de máquinas agrícolas; e criou as condições para aumentar o nível de formação que agricultores e trabalhadores agrícolas recebiam – todos fatores que, por sua vez, aumentaram ainda mais a produtividade.



Imagem 24. Os especialistas Klaus Ulrich e Franz Mally verificam um sistema de irrigação controlado por computador em uma LPG em Dambeck.



Imagem 25. Trabalhadores usam uma colheitadeira em uma LPG em Werben.

O planejamento agrícola ocorria nos níveis central, local e da fazenda. Até então, as LPG eram relativamente autossuficientes; agora, tornam-se cada vez mais integradas ao planejamento social geral e à gestão da economia da RDA. As Associações Agroindustriais (Agrar-Industrie-Vereinigungen, AIVs) que surgiram em meados da década de 1970 foram o ápice desse processo. As AIVs eram uma forma institucionalizada de cooperação entre várias LPGs, propriedades públicas, instalações interempresariais usadas por mais de uma organização, também conhecidas pela sigla alemã VEG, e as empresas dedicadas a fases iniciais e finais dos setores de serviços, processamento e manufatura. Em 1989, treze desses complexos de produção (AIV) haviam se formado na RDA, que juntos cultivavam 6,6% da área agrícola total da RDA (Schmidt, 2009, p. 293).

No início da década de 1980, problemas concretos decorrentes da tendência à especialização e excessos na produção em larga escala levaram a correções de rumo e debates. Por exemplo, a especialização e a separação da produção vegetal e animal interromperam a troca direta de fertilizantes naturais e ração animal e levaram a dificuldades logísticas. O aumento das despesas com transporte e os custos para grandes propriedades sobrecarregaram a produção. Na produção animal, o esforço para cuidar da higiene veterinária e da prevenção de doenças aumentou visivelmente. Questões ecológicas causadas pelo uso excessivo de fertilizantes minerais em vez de opções ambientalmente mais amigáveis foram corrigidas ao longo do tempo. Sistemas de máquinas com uso intensivo de energia eram suscetíveis a picos nos preços de energia no mercado global, o que teve um impacto particularmente severo na RDA, especialmente no início da década de 1980.

O esforço para melhorar a integração das LPGs nos planos sociais e econômicos da RDA por meio das AIV não sinalizava um plano para alterar a estrutura de propriedade da terra. Como explicava uma brochura informativa oficial sobre agricultura:

Volta e meia visitantes da nossa república perguntam se e quando a terra será nacionalizada. Essa questão não está em pauta, porque ninguém está pensando em mudar as formas de propriedade no campo. A maior parte da terra é propriedade privada dos agricultores. Seu uso cooperativo, e a distribuição de seu rendimento aos membros das LPG de acordo com sua parcela de trabalho realizado, cria todas as oportunidades para promover ainda mais a sociedade socialista desenvolvida [da RDA] (Panorama DDR, 1979, p. 29).

Embora a propriedade privada indubitavelmente tivesse influência na consciência dos agricultores individuais, no geral, a crescente integração das LPG nas estruturas unitárias de planejamento econômico e democracia na RDA impediu que a propriedade privada da terra desenvolvesse significado econômico ou político. A relação entre os diferentes atores nas áreas rurais e a produção agrícola não era isenta de atritos. Como apontou Klaus Schmidt, ex-diretor do Instituto de Agroecologia da RDA:

Particularmente onde as AIV geriam o território de um município inteiro ou onde sua esfera de influência se estendia até mesmo além das fronteiras do município, havia uma tendência de elas assumirem cada vez mais os deveres oficiais que até então eram geridos por órgãos estatais. Um problema fundamental que surgiu com o desenvolvimento das AIV foi a questão das perspectivas e oportunidades das unidades individuais dentro da AIV, especificamente até que ponto elas poderiam manter sua independência (Schmidt, 2009, p. 294).

Tais contradições e problemas, juntamente com a separação equivocada da produção vegetal e animal na década de 1970, deveriam ter resultado em um debate animado sobre o futuro da agricultura. A questão de equilibrar a propriedade da terra e a independência com a maior integração e centralização das LPG certamente teria permanecido objeto de debate político se a RDA tivesse continuado a existir. Enquanto o SED e as amplas estruturas democráticas nas áreas rurais – desde os conselhos agrícolas do nível municipal ao central até as organizações de agricultores, e inúmeras instituições científicas e publicações agrícolas da época – respondessem a essas contradições e tarefas de maneira ágil, autocrítica e proativa, eles eram capazes de impulsionar o desenvolvimento.

5. Conclusão

O desenvolvimento das relações agrícolas socialistas foi levado a um fim abrupto com a dissolução da RDA em outubro de 1990. Mudanças estruturais foram impostas em velocidade vertiginosa, transformando a realidade social e econômica dos agricultores.

No momento da dissolução da RDA, 55% das terras cultivadas pelas LPG eram de propriedade de membros individuais das LPG. Os 45% restantes eram de propriedade do Estado ou arrendados às LPG por proprietários privados. Após 1990, esses 45% foram rapidamente privatizados, removendo terras das estruturas econômicas existentes das LPG e fornecendo uma alavanca para sua dissolução em favor da agricultura privada. As LPG que buscavam continuar produzindo tiveram que arrendar ou comprar essas terras, muitas vezes a um custo adicional, enquanto completavam a transição para uma nova forma jurídica usada para cooperativas no Ocidente até o final de 1991. O processo de transformação colocou uma pressão considerável sobre as estruturas existentes das LPG (Schmidt, 2009, p. 320).

Esta e outras mudanças políticas no período pós-1990 criaram um êxodo rural, especialmente de trabalhadores jovens e qualificados. Dos antigos 923 mil trabalhadores agrícolas na RDA, 743.900 foram demitidos em 1993 e 4 em cada 5 foram forçados a deixar o campo (Jochimsen, 2010, p. 233). A infraestrutura social e cultural foi destruída. Embora a transformação na propriedade da terra estabelecida pela reforma agrária fosse legalmente protegida pelos chamados tratados de reunificação assinados pelo último governo da RDA, a elite latifundiária que controlava o campo antes de 1945 conseguiu usar brechas para recuperar partes de suas terras expropriadas.

No entanto, apesar da virada capitalista radical, a história da RDA deixou uma marca visível nas estruturas agrícolas na Alemanha. Em média, as fazendas na Alemanha Oriental cultivam áreas muito maiores do que as da Alemanha Ocidental e mantiveram elementos das estruturas estabelecidas pelas LPGs, como o compartilhamento de máquinas sob as novas categorias jurídicas da economia de mercado (Jochimsen, 2010, p. 232).

Em menos de cinquenta anos, rupturas revolucionárias nas relações de vida e econômicas do campo foram vistas na Alemanha Oriental, desde os remanescentes de uma ordem social e de propriedade semifeudal e hierárquica até uma forma coletiva de trabalhar e viver baseada na cooperação. A reforma agrária iniciada em 1945 criou as condições para a transformação no campo e o dismantelamento do monopólio político e econômico das classes latifundiárias. Somente acabando com seu domínio foi possível estabelecer e desenvolver novas relações econômicas e sociais na Alemanha Oriental. Com a expropriação das grandes propriedades dos *Junkers*, a reforma agrária na RDA pôs fim ao domínio da aristocracia feudal e das classes capitalistas agrárias. Trabalhadores agrícolas, camponeses sem-terra e pequenos proprietários, e a população rural em geral, foram libertados do sistema de exploração econô-

mica e privação de direitos semifeudal que vigorava há séculos. Sob as condições criadas pela realidade da ocupação soviética após a Segunda Guerra Mundial e a liderança do movimento operário e dos partidos, a reforma agrária foi alcançada nesta parte da Alemanha, e os oprimidos tornaram-se os protagonistas que moldaram a agricultura e a vida no campo.

A fase de coletivização nos anos do pós-guerra (aproximadamente 1952–1962) ilustra a complexidade do desenvolvimento social quando uma mudança no pensamento dos envolvidos é crucial para o seu sucesso. O SED teve que manobrar entre os objetivos estratégicos da construção socialista e as condições adversas no terreno. Entre o recuo e o avanço, contradições externas e internas, e as necessidades e perspectivas do desenvolvimento econômico, o SED reavaliou constantemente a velocidade e a força de sua liderança nesse processo de desenvolvimento integral.

A complexidade do caminho para o socialismo, a natureza prolongada de alguns processos, especialmente na consciência das pessoas, e a influência e sabotagem de opositores políticos tiveram que ser levadas em conta e combatidas. Isso exigia agilidade e clareza de propósito, mas também a capacidade de ser autocrítico, o que a liderança política geralmente demonstrou em longos períodos de tempo.

Embora as dificuldades sociais e casos individuais de injustiça não possam ser negados, é necessário compreender tais instâncias no contexto contraditório e complexo da Alemanha Oriental do pós-guerra e entender que eles representam exceções, não a regra. Sem o papel de liderança do campesinato, a transição para as cooperativas teria fracassado. Naturalmente, da perspectiva burguesa, a transição para longe do domínio da propriedade privada deve ser condenada por princípio. Narrativas de “coletivização forçada” que dominam o discurso público na Alemanha hoje não buscam entender os processos na RDA, mas sim promover preconceitos anticomunistas. Destinos individuais, nos quais também houve conflitos e emaranhados trágicos, são usados para obscurecer a visão do desenvolvimento mais amplo e impedir um exame sério baseado em fatos históricos. Este método de enquadramento pode ser visto repetidamente em narrativas sobre Estados socialistas.

Formas cooperativas de produção agrícola foram uma pedra angular da Alemanha Oriental e um bloco de construção decisivo para o desenvolvimento da RDA como um Estado socialista. A angústia financeira existencial, que é inevitável sob a “liberdade” da propriedade privada e da concorrência, foi superada na RDA por meio da ajuda mútua entre os camponeses e sua integração no planejamento estatal. Embora alguns vejam a existência contínua da propriedade cooperativa ao lado da propriedade estatal como um grande obstáculo ao aprofundamento das relações econômicas planejadas, este não foi o caso na RDA. As experiências das AIV certamente apontaram para contradições entre as diferentes formas de propriedade que precisavam ser resolvidas, mas as cooperativas já estavam profundamente integradas nos processos econômicos gerais da RDA por meio de planos desenvolvidos conjuntamente e, portanto, acordos vinculativos sobre a distribuição de fundos,

bem como o sistema de preços fixos. Embora as LPG pudessem exercer alguma autonomia econômica em relação ao seu funcionamento interno, não haveria efeito significativo dessas decisões autônomas na economia mais ampla.

A forma cooperativa de pensar, trabalhar e viver na RDA democratizou os vilarejos ao erodir as hierarquias sociais, expandir o tempo de lazer e promover amplas oportunidades para atividades culturais, esportivas e sociais. Centros culturais, jardins de infância, lojas nos vilarejos, refeitórios, assistência médica abrangente, oportunidades de educação continuada, locais de férias, equipes esportivas, grupos musicais e muito mais eram parte integrante da infraestrutura dos vilarejos e da comunidade. Foi a própria população rural que desempenhou um papel fundamental na construção dessas estruturas e na sua manutenção.

A RDA foi amplamente capaz de produzir seus próprios produtos agrícolas, e a fome e a pobreza tornaram-se coisas do passado. Hoje, diante das taxas crescentes de fome global, da superexploração onipresente da natureza e do domínio de mercado das corporações multinacionais agrícolas, alguns movimentos políticos buscam a solução na produção em pequena escala. A RDA seguiu um caminho diferente, que – apesar da diminuição da força de trabalho – foi capaz de evitar os efeitos negativos da agricultura capitalista enquanto aumentava os rendimentos ao industrializar a produção agrícola em larga escala com base nas relações socialistas.

O término abrupto desse projeto em 1990 e os desenvolvimentos nos anos seguintes elucidam as características essenciais da transformação capitalista: privatização, desmantelamento da infraestrutura social e cultural “não lucrativa”, especulação de terras e êxodo rural. Os agricultores tiveram e ainda têm que lutar por conta própria através do caos da liquidação, privatização e concorrência feroz, colocados contra um falso inimigo/bode expiatório construído de mão de obra “barata” fornecida principalmente por migrantes.

O desmantelamento da infraestrutura socialista no campo promoveu a tendência ao isolamento entre as populações rurais. Embora o reinado renovado da propriedade privada tenha se posicionado como oferecendo maior liberdade de escolha aos agricultores, essa “liberdade” é inerentemente limitada pelas restrições do mercado e ocorre à custa do papel dos agricultores como cocriadores da sociedade. Junto com isso veio uma nova regra: o lucro como fator determinante na agricultura. Embora as condições atuais difiram muito daquelas de 1945, a palavra de ordem “A terra para quem nela trabalha” está novamente na pauta na Alemanha Oriental e em todo o mundo.

Créditos das imagens

Imagens 5, 6, 7, 12, 13, 14, 24 e 25: Fotógrafos desconhecidos, em coletivo de autores, *Früchte des Bündnisses – Werden und Wachsen der sozialistischen Landwirtschaft der DDR* [Frutos da Aliança – O Desenvolvimento e Crescimento da Agricultura Socialista na RDA] (Berlim: Dietz Verlag, 1985).

Imagem 1: Donath, Otto. *ADN-ZB/Donath, Podelzig, 1945*. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-N0816-313/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 2: Höhne, Erich e Pohl, Erich. *Reforma Agrária na SBZ*. 11 set. 1945. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-32584-0002/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 3: Autor desconhecido. Publicado pelo Comitê Central do KPD (Partido Comunista da Alemanha), 1945. Um cartaz.

Imagem 4: Autor desconhecido. *SLUB/Deutsche Fotothek*. set. 1945. Fotografia, SLUB FZ-RV 1.0/Isenção de Domínio Público Alemão.

Imagem 8: Editora do SED para Materiais de Agitação e Instrução. *O futuro pertence ao socialismo. Trabalhadores rurais individuais, tornem-se membros da LPG* [O futuro pertence ao socialismo. Trabalhadores rurais individuais tornam-se membros da LPG]. 1979. Um cartaz.

Imagem 9: Autor desconhecido. *LPG Blochwitz, Cerimônia de entrada na imagem central da LPG*./Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-18079-0002/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 10: Biscan, Wilhelm. *LPG Sabke, Lançamento da pedra fundamental*. 19 de maio de 1954. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-24684-000/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 11: Klein. *LPG Schönfließ, Vista do canteiro de obras*. 19 out. 1955. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-33546-0003/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 15: Pietsch. *LPG Neubredersdorf, Accounting*. Out. 1954. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-16767-0001/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 16: Klein. *LPG Schönewald, Berlin, Cash Audit*. 16 out. 1956. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-42037-0009/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 17: Leske, Peter. *LPG Groß Beuchow, Women Harvesting Potatoes*. 15 set. 1961. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-86381-0001/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 18: Autor desconhecido. *LPG Neßdorf, Milking Brigade*. 21 set. 1961. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-86543-0001/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 19: Bartocha, Benno. *LPG Priborn, Assembleia Geral Anual*. 9 jan. 1973. Fotografia, Arquivo Federal Alemão, imagem 183-M0109-0030/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 20: Löwe. *LPG Jahna, Playground of the Kindergarten*. 11 ago. 2024 Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-57461-0015 / CC-BY-SA 3.0.

Imagem 21: Gahlbeck, Friedrich. *Stollberg, Treinamento para Agricultoras*. 2 fev. 1962. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-90211-0001/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 22: Liebers, Peter. *LPG Öttersdorf, Mechaniser*. 8 jun. 1978. Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-T0608-0003/CC-BY-SA 3.0.

Imagem 23: Schaar, Helmut. *LPG Mansfeld, Expressão de Solidariedade com o Vietnã*. 26 jul. 1972 Fotografia, Wikimedia Commons/Arquivo Federal Alemão, imagem 183-L0725-0030/CC-BY-SA 3.0.

Referências bibliográficas

Administração Central Estatal de Estatísticas. *Statistisches Jahrbuch der DDR 1956* [Anuário Estatístico da RDA 1956]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1957.

Administração Central Estatal de Estatísticas. *Statistisches Jahrbuch der DDR 1955* [Anuário Estatístico da RDA, 1955]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1955.

Administração Central Estatal de Estatísticas. *Statistisches Jahrbuch der DDR 1960/61* [Anuário Estatístico da RDA 1960/61]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1962.

Administração Central Estatal de Estatísticas. *Statistisches Jahrbuch der DDR 1989* [Anuário Estatístico da RDA 1989]. Berlim: VEB Deutscher Zentralverlag, 1990.

Aus erster Hand, Bauern mit Zukunft, [Agricultores com futuro: Sobre a agricultura na RDA]. Berlim: Panorama DDR, 1988.

Bauer, Kurt. *Nationalsozialismus: Ursprünge, Anfänge, Aufstieg und Fall* [Nacional-socialismo: origens, primórdios, ascensão e queda]. Viena: UTB, 2008.

Böhme, Ralf. *Entwicklungshilfe-Projekte der DDR: Hallenser sorgt für Kaffee-Boom in Vietnam* [Projetos de ajuda ao desenvolvimento da RDA: morador de Halle impulsiona boom do café no Vietnã], *Mitteldeutsche Zeitung*, 18 nov. 2015. <https://www.mz.de/mitteldeutschland/entwicklungshilfe-projekte-der-ddr-hallenser-sorgt-fur-kaffee-boom-in-vietnam-3158247>.

Central Committee of the SED, "Der neue Kurs und die Aufgaben der Partei" [O novo curso e as tarefas do partido], in *Neues Deutschland*, 28 jul. 1953.

Coletivo de autores do Ministério da Agricultura, Florestas e Indústria Alimentar, *40 Jahre erfolgreiche Entwicklung zu einer leistungsfähigen sozialistischen Landwirtschaft in der DDR* [40 anos de desenvolvimento bem-sucedido rumo a uma agricultura socialista eficiente na RDA]. Eggersdorf: agrabuch, 1989.

Coletivo de autores, *Früchte des Bündnisses — Werden und Wachsen der sozialistischen Landwirtschaft der DDR* [Frutos da aliança — o desenvolvimento e o crescimento da agricultura socialista na rda]. Berlim: Dietz Verlag, 1985.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2026: Understanding and addressing the high cost of a healthy diet*. Rome: FAO, 2026, <https://openknowledge.fao.org/items/63b052f9-f2c1-453b-97a3-1d814facea36>.

FIAN Switzerland. *Fact Sheet Nahrungsmittelspekulation* [Informe sobre a especulação com alimentos], 2023. https://fian-ch.org/content/uploads/Fact_Sheet_Nahrungsmittelspekulation.pdf.

Gossweiler, Kurt. "Benjamin Baumgarten und die 'Stalin-Note'" [Benjamin Baumgarten e a "Nota de Stalin"], in *Streitbarer Materialismus*, n. 22, maio 1998, p. 61–74. <https://kurt-gossweiler.de/benjamin-baumgarten-und-die-stalin-note-mai-1998/>.

Grüneberg, Gerhard (orgs.), *Von der gegenseitigen Bauernhilfe zur sozialistischen Landwirtschaft in der DDR* [Da ajuda mútua camponesa à agricultura socialista na RDA]. Berlim: Dietz Verlag, 1965.

Henkel, Gerhard. "Bodenreformsiedlungen des 20. Jahrhunderts in Westfalen" [Land Reform Settlements of the Twentieth Century in Westphalia], in *Westfalen Regional*, v. 35, H. Heineberg (ed.). Münster: Aschendorff, 2007, p. 108-109. https://www.lwl.org/westfalen-regional-download/PDF/S108_Bodenreformsiedlungen.pdf.

Herre, Roman. *Fünf Agrarkonzerne beherrschen den Weltmarkt* [Cinco empresas do setor agrícola dominam o mercado mundial], Heinrich Böll Foundation, 10 jan. 2017. <https://www.boell.de/de/2017/01/10/fuenf-agrarkonzerne-beherrschen-den-weltmarkt>.

Institute for Marxism-Leninism at the Central Committee of the SED, *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung, Band 7* [História do Movimento Operário Alemão, Volume 7]. Berlim: Dietz Verlag, 1966.

Jochimsen, Halvor. "20 Jahre Grüner Aufbau Ost, in Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz (Hrsg.), *Berichte über Landwirtschaft: Zeitschrift Agrarpolitik und Landwirtschaft*, Band 88 Heft 2. Berlim: BMELV, 2010.

Kiesler, Bruno. "Ein solides Konzept" [Um conceito sólido], in *Junkerland in Bauernhand* [Junkerland in Farmers Hands]. Hans Modrow; Hans Watzek (eds.). Berlim: Edition Ost, 2005.

Klemm, Volker et al. *Von den bürgerlichen Agrarreformen zur sozialistischen Landwirtschaft in der DDR* [From Bourgeois Agrarian Reforms to Socialist Agriculture in the DDR]. VEB Deutscher Landwirtschaftsverlag: Berlim, 1985.

Körner, Eleonore. *Untersuchungen zum Einsatz von Genossenschaftsbäuerinnen in der Leitungsfunktion der LPG* [Estudos sobre a atuação de mulheres cooperadas em cargos de liderança na LPG]. Berlim: Self-published, 1969. Disponível em: https://www.digitales-deutsches-frauenarchiv.de/meta-objekt/untersuchungen-zum-einsatz-von-genossenschaftsbaeuerinnen-in-der-leitungsfunktion-der-lpg--thesen-zur-dissertation/3244genderbib#?id=3244genderbib_1&open=&c=&m=&s=&cv=1&xywh=0%2C-411%2C5010%2C4329.

Kuntsche, Siegfried. *Beiträge zur Agrargeschichte der DDR* [Contribuições para a história agrícola da RDA]. Diekhof: Van Derner, 2015.

Kuntsche, Siegfried. "Bodenreform in einem Kernland des Großgrundbesitzes" [Reforma agrária no cerne da grande propriedade de terras], in *Junkerland in Bauernhand: Die deutsche Bodenreform und ihre Folgen* [As terras dos Junkers nas mãos dos camponeses: a reforma agrária alemã e suas consequências]. In: Hans Modrow; Hans Watzek (eds.). Berlim: Edition Ost, 2005.

Kupfermann, Thomas (ed.), *Erntekapitäne, Plansoll und Genossenschaft* [Capitães da colheita, objetivos do plano e cooperativa]. Augsburg: Weltbild Detail GmbH, 2015.

Law on Agricultural Production Cooperatives, 2 jul. 1982. <https://www.verfassungen.de/ddr/lpggesetz82.htm>.

Leo, Solveig. *Pay, Plan, and Democracy in the LPG*, interview with the IFDDR, fev. 2024, <https://www.youtube.com/watch?v=Hg6WLA8UaEc>.

Lowder, Sarah K; Sánchez, Marco V.; Bertini, Raffaele. 'Which Farms Feed the World and Has Farmland Become More Concentrated?', *World Development* 142, 1 jun. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105455>.

Luft, Hans. *Agrargenossenschaften – gestern, heute und morgen* [Agricultural Cooperatives — Yesterday, Today, and Tomorrow]. Berlim: Helle Panke e.V., 1998.

Mahlich, Wolfgang. *Die Herausbildung der Landwirtschaftlichen Produktionsgenossenschaften in der DDR, dargestellt an der Entwicklung des Kreises Haldensleben, Bezirk Magdeburg (1952 bis 1960)*. [O desenvolvimento das cooperativas de produção agrícola na RDA, ilustrado pelo desenvolvimento do distrito de Haldensleben, distrito de Magdeburgo (1952 a 1960)]. Tese de doutorado, Humboldt-Universität Berlim, 1999.

Müller, Margarete. "So war es" [Assim era], in *Erntekapitäne, Plansoll und Genossenschaft*, s. d.

Matern, Hermann. "10 Jahre Bodenreform" [10 anos de reforma agrária], *Neues Deutschland*, 3 set. 1955.

O'Neill, Aaron. 'Population of Germany 1800–2020', *Statista*, <https://www.statista.com/statistics/1066918/population-germany-historical/>. Acesso em 17 jun. 2024.

PANORAMA DDR Foreign Press Agency (ed.), *Die Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA]. Dresden: Verlag Zeit im Bild, 1979.

Piskol, Joachim; Nehrig, Christel; Trixa, Paul. *Antifaschistisch-demokratische Umwälzung auf dem Lande (1945–1949)* [Anti-Fascist-Democratic Upheaval in the Countryside (1945–1949)]. Berlim: VEB Deutscher Landwirtschaftsverlag, 1984.

Schmidt, Klaus *Landwirtschaft in der DDR* [Agriculture in the DDR]. Agrimedia, 2009.

Schmidt, Klaus; Boew, Vassilij. *Verflechtung im volkswirtschaftlichen Agrar-Industrie-Komplex der DDR und der UdSSR* [Interdependência no Complexo Agroindustrial Econômico Nacional da RDA e da URSS]. Berlim: VEB Deutscher Landwirtschaftsverlag, 1988.

Schmidt, Klaus. *Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA], Agrimedia, 2009.

Schmidt, Klaus. *Landwirtschaft in der DDR* [Agricultura na RDA], Agrimedia, 2009.

Schmidt, Klaus. *Landwirtschaft in der DDR: VEG, LPG und Kooperationen; Wie sie wurden, was sie waren, was aus ihnen geworden ist* [A agricultura na RDA: VEG, LPG e cooperativas — origens, natureza e evolução.], Clenze: AgriMedia, 2009.

Schumann, Frank. "Edwin Hoernle (1883–1952)", in *Hans Modrow and Hans Watzek, Junkerland in Bauernhand* [Junkerland in Farmers Hands]. Berlim: Edition Ost, 2005.

Secretariado de Mulheres da SED. "Frauenarbeit in Stadt und Land" [Women's Work in the City and Countryside], *Neues Deutschland*, 27 fev. 1948.

Smardz, Monika. *Bis zum jenem Tag im Dezember — Eine Farm mitten in der Savanne* [Até aquele dia de dezembro — Uma fazenda no meio da savana], in Matthias Vos, *Wir haben Spuren hinterlassen!* [We have left our mark!]. Münster: LIT Verlag, 2005.

Ulbricht, Walter. *Brennende Fragen des Neuaufbaus Deutschlands* [Questões candentes da reconstrução da Alemanha]. Berlim: Dietz Verlag, 1947.

Ulbricht, Walter. *Referat und Schlußwort auf der II. Parteikonferenz der SED Berli, 9. bis 12. Juli 1952* [Speech and closing remarks at the Second Party Conference of the SED Berlin, 9 a 12 jul. 1952]. Berlim: Dietz Verlag, 1952.

Ulbricht, Walter. "Zur konterrevolutionären Konzeption Viewegs" [A concepção contrarrevolucionária de Vieweg]. Discurso na 30ª reunião do Comitê Central do SED, de 30 jan. a 1 fev. 1957. In: *Die Bauernbefreiung in der Deutschen Demokratischen Republik* [The Liberation of Farmers in the German Democratic Republic], v. 1, fev. 1945 – jun. 1958. Berlim: Dietz Verlag, 1961.

Watzek, Hans. "Der Streit um die Reform" [The Dispute Over the Reform], in *Junkerland in Bauernhand* [Junkerland nas mãos dos agricultores]. Berlim: Edition Ost, 2005.

Wolz, Axel. "The Organisation of Agricultural Production in East Germany since World War II: Historical Roots and Present Situation". Discussion Paper, n. 139. Halle, Saale: Leibniz Institute of Agricultural Development in Central and Eastern Europe, 2013. <https://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:gbv:3:2-27321>.



Internationale Forschungsstelle DDR (IF DDR)

ou Centro Internacional de Pesquisa sobre a RDA, pesquisa a história da República Democrática Alemã (DDR, por sua sigla em alemão) e sua contínua relevância para os movimentos internacionais na atualidade.

www.ifddr.org



O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

é uma instituição internacional, orientada pelos movimentos, que tem como objetivo promover o pensamento crítico a serviço das aspirações dos povos.

www.otricontinental.org



© 2026 – CC BY-NC-SA 4.0